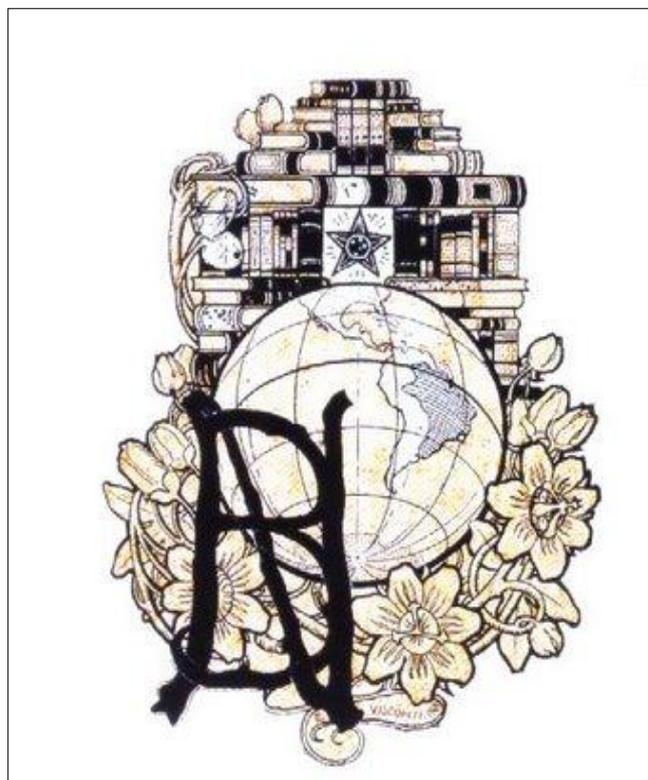


# Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

2012

# Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



Nayara Galeno do Vale

*Hélio Vianna e Pedro Calmon: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil*

**2012**

"o espírito de Fedina e de seus homens se debatia entre sentimentos opostos: por um lado, estavam descobrindo a todo instante novas curiosidades a serem satisfeitas, estavam tomando gosto por aquelas leituras e aqueles estudos como nunca teriam imaginado; por outro, não viam a hora de voltar para junto das pessoas, de retomar o contato com a vida, que agora lhes parecia muito mais complexa quase renovada aos olhos deles; e, além disso, a aproximação do dia em que deviam deixar a biblioteca enchia-os de apreensão, pois teriam que prestar contas de sua missão, e, com todas as ideias que andavam brotando em suas cabeças, não sabiam mais como sair dessa enrascada."

CALVINO, Italo. Um general na biblioteca. In: CALVINO, Italo. **Um general na biblioteca**. Tradução Rosa Freire D'Águilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 78.

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	5
<b>Capítulo 1: Primeira “fase” de produção: Livros de síntese sobre a história brasileira</b>	9
1.1 A História da Civilização Brasileira e a coleção Brasiliana da Companhia Editora Nacional	9
1.2 Formação Brasileira e a coleção “Problemas Políticos Contemporâneos” da José Olympio Editora	17
1.3 As sínteses do Brasil na “História da Civilização” e na “Formação” brasileiras	21
<b>Capítulo 2: Segunda “fase” de produção: Séries na Coleção Brasiliana da Companhia Editora Nacional</b>	29
2.1 Uma História Social para o Brasil	29
2.2 A cadeira de História do Brasil da FNF i e os “Estudos” de Hélio Vianna	37

2.3 Ideias e ideais na “História Social” e nos “Estudos” acerca da História do Brasil	43
<b>Capítulo 3 – Tradições historiográficas e a escrita de Histórias do Brasil</b>	<b>49</b>
3.1 – Considerações sobre as memórias da historiografia nacional	49
3.2 Pedro Calmon e o caráter cumulativo e ampliatório de sua interpretação da história do Brasil	55
3.3 Hélio Vianna e a crítica como interpretação da história do Brasil	59
<b>Considerações finais</b>	<b>64</b>
<b>Fontes</b>	<b>68</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>69</b>

## Apresentação

Pedro Calmon Moniz de Bittencourt nasceu na cidade de Amargosa (Bahia) no ano de 1902. Era descendente de nobres franceses, católicos, que sofreram perseguição e fugiram da França para Portugal. Pertencia às aristocracias mineira e baiana, ligadas às administrações do Império e da República. Veio para o Rio de Janeiro em 1922, onde cursou Direito.<sup>1</sup> Tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1931 e membro da Academia Brasileira de Letras no ano de 1936. Começou sua carreira como historiador profissional no Museu Histórico Nacional, em 1932. Esteve à frente da Reitoria da Universidade do Brasil por dois períodos consecutivos: 1948 a 1950 e 1951 a 1966.

Hélio Martins Vianna tinha origens menos nobres. Nasceu em Belo Horizonte no ano de 1908, filho de um industrial, que fora comendador no Império.<sup>2</sup> Também emigrou para o Rio de Janeiro, onde se tornou Bacharel em Direito no ano de 1932. Em 1939, foi designado como o primeiro catedrático de História do Brasil da recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, efetivando-se no cargo por concurso no ano de 1946. Foi membro da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores e posteriormente da Comissão Diretora de Publicações da Biblioteca do Exército e do Conselho Federal de Cultura.

Pedro Calmon e Hélio Vianna são donos de uma vasta e expressiva produção incluindo livros, publicações em periódicos, prefácios, edições críticas e anotações às obras de outros autores. Embora, seja no campo da História que os dois autores publicaram em maior volume, ambos também têm publicações em outros campos, como a área de direito (Pedro Calmon) e a área de turismo (Hélio Vianna).<sup>3</sup>

Foram identificadas semelhanças nas publicações dos dois autores em relação à História, apesar das ideias e concepções políticas diferentes e particularidades em suas trajetórias. Essa afinidade se expressa no fato dos dois autores terem publicado obras

---

<sup>1</sup> REIS, José Carlos. Civilização Brasileira e otimismo ultraconservador (ingênuo): Pedro Calmon e a visão romântica e cristã da nação brasileira. In: REIS, José Carlos. **Identities do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Pp. 33-86. p. 33

<sup>2</sup> Cf. RICH, Lênio Luiz. **Família Gonçalves Barroso**. Disponível em: [http://www.genealogiabrasileira.com/cantagalo/cantagalo\\_gmgoncbarroso.htm](http://www.genealogiabrasileira.com/cantagalo/cantagalo_gmgoncbarroso.htm) (Acesso em 20 set 2012)

<sup>3</sup> Cf. COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. A obra de Hélio Vianna. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 147 (353): pp. 1156-1208, out/dez. 1986. e DOYLE, Plínio. Bibliografia de Pedro Calmon. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 147 ( 351): p. 585-614, abr./jun. 1986.

que buscavam na reinterpretação do passado o entendimento da nacionalidade e caminhos para o diagnóstico dos problemas sociais.<sup>4</sup>

Os autores também são análogos na forma como foram lembrados pelas gerações de historiadores que os sucederam. Em relação à historiografia brasileira, é um lugar comum nos balanços sobre a produção historiográfica brasileira considerar a década de 1930 como o contexto de surgimento de uma historiografia dita “moderna”, da qual os fundadores seriam Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Sem pretender menosprezar a importância de tais intérpretes para o entendimento acerca do Brasil e da nacionalidade brasileira, considera-se que suas obras foram transformadas em “clássicos” e cultuadas como interpretações definitivas por sua presumida capacidade de explicar o tema.<sup>5</sup>

Os textos desses autores são vistos como marcos. Por outro lado, as interpretações produzidas pela historiografia contemporânea a esses autores ditos “clássicos” são enxergadas como um conjunto uniforme de leituras acerca do passado nacional de menor importância e taxadas de “tradicional”.<sup>6</sup> A produção historiográfica brasileira representa sua própria trajetória como linear e orientada para a busca da cientificização, daí ser recorrente nessas análises o emprego de dicotomias como tradicional-moderno, ensino-pesquisa, atraso-renovação.<sup>7</sup>

Recentemente, a historiografia tem voltado o seu olhar para os saberes e referências que informam as práticas da disciplina histórica. Trabalhos têm se questionado sobre o lugar ocupado (ou não) por determinados autores e obras, das primeiras décadas do século XX. Assim, a vida e a obra de intelectuais esquecidos ou minimizados até então pela historiografia, como João Ribeiro, Oliveira Lima, Afonso de Escragnolle Taunay, Octavio Tarquínio de Sousa, Rocha Pombo, Oliveira Vianna, Afonso Arinos de Mello Franco entre outros, têm sido objeto de pesquisas que mostram a diversidade e a abundância da produção historiográfica nesse período.

Tais pesquisas têm mostrado a necessidade de, para além dos preconceitos, investigar a obra de autores que foram vistos como conservadores. Essas obras, embora

---

<sup>4</sup> Ver Retratos do Brasil. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/RetratosDoBrasil> (Acesso em 20 set 2012)

<sup>5</sup> FRANZINI, Fábio e GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel. (Org.) **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 141-160. p. 159.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 159-160.

<sup>7</sup> FREITAS, Itamar. Itinerários do ensino superior de História (primeiras leituras). In: FREITAS, Itamar. **Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. p. 13.

possam ter sido vistas *a posteriori* como “falhas”, ao passo que continham interpretações ditas tradicionais e leituras consideradas oficiais e autorizadas da nacionalidade brasileira, representaram contribuições relevantes para o campo da história em seu tempo.<sup>8</sup>

Este trabalho tem por finalidade apresentar os resultados de uma pesquisa que ainda encontra-se em andamento. A investigação possui três principais objetivos: primeiro analisar a constituição da identidade do historiador tomando como ponto de partida a trajetória e as publicações dos intelectuais Pedro Calmon e Hélio Vianna sobre a história do Brasil. Relacionamos suas obras tendo em vista a identificação prévia de três “fases” nas trajetórias editoriais dos autores e a partir dessas publicações, comparamos suas concepções de história do Brasil.

Para desenvolver os objetivos, optou-se por dividir o trabalho em três capítulos. O primeiro trata da primeira “fase” de produção dos autores, localizada na década de 1930, quando se verifica a expansão do mercado editorial no Brasil, acompanhada pelo surgimento de diversas editoras e pelas transformações nos processos de produção dos livros.<sup>9</sup>

Como parte das iniciativas empresariais de modernização e afirmação de um mercado do livro no Brasil, diversas “casas” lançam coleções destinadas à discussão de temas nacionais. Tais coleções deveriam, a um só tempo, oferecer aos leitores obras de baixo custo e relevantes por conterem interpretações fundamentais para a compreensão da realidade brasileira. Seguindo essa linha foram lançados os livros **História da Civilização Brasileira**, no ano de 1933, por Pedro Calmon e **Formação Brasileira**, no ano de 1935, por Hélio Vianna. Acompanhamos as inserções dos intelectuais em diferentes instituições e “lugares de sociabilidade” e os percursos editoriais dessas primeiras publicações.

O segundo capítulo trata da segunda “fase” de produção dos autores. Inspirado pelo sucesso de seu primeiro livro de síntese e como desdobramento deste, Pedro Calmon resolve lançar, também pela Coleção Brasileira, ainda em 1935, o primeiro tomo de sua obra **História Social do Brasil**, subtulado “Espírito da Sociedade Colonial”. O segundo tomo, “Espírito da Sociedade Imperial” foi lançado em 1937.

---

<sup>8</sup> FRANZINI, Fábio e GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil. Op. Cit. p. 159-160.

<sup>9</sup> Ver HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 2 ed. ver e ampl. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.

Hélio Vianna, por sua vez, só se aventurou novamente na publicação de novas interpretações acerca da História do Brasil em 1948, quando lança **Estudos de História Colonial**. Dois anos depois, o autor publicou **Estudos de História Imperial**. Assim, podemos perceber uma “segunda fase” na produção dos dois autores, marcada pelo lançamento de obras de maior fôlego, ainda que não fossem consideradas obras “definitivas” acerca da escrita da história do Brasil.

O terceiro capítulo tece algumas considerações sobre a historiografia brasileira tomando como referências os nomes de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Capistrano de Abreu (1853-1927), cujas obras são consideradas fundadoras no que diz respeito à escrita da história do Brasil. Buscamos situar Pedro Calmon e Hélio Vianna em relação às tradições historiográficas inauguradas por aqueles autores.

Pretendemos assim, compreender a significação de publicar livros mais alentados sobre a história do Brasil como elemento de conformação das identidades de Calmon e Vianna como intelectuais que se dedicaram ao estudo, à escrita e à divulgação de interpretações acerca da história do Brasil. Discutimos assim, por meio de suas trajetórias profissional e editorial os modelos de historiador em disputa na época.

Por fim, é importante ressaltar que todos os livros que nos serviram de fonte para a pesquisa foram consultados na Biblioteca Nacional. Esses livros podem ser encontrados nos setores de Obras Raras e Obras Gerais da instituição. Optou-se por utilizar a ortografia original nas citações literais.

Cabe destacar como justificativa para essa pesquisa a quase inexistência de trabalhos historiográficos que tratem da obra de Pedro Calmon e Hélio Vianna e a relevância de refletir sobre elas entendendo-as como fruto de seu tempo e não em relação a um pretense padrão de modernidade a ser seguido. Dessa forma, as obras de Pedro Calmon e Hélio Vianna passaram com o tempo a serem mais ignoradas que propriamente combatidas ou discutidas.<sup>10</sup> Sobre os autores, temos apenas alguns trabalhos marcados em sua maioria, por um caráter excessivamente elogioso ou por críticas rasas associando o nome dos autores a uma forma ultrapassada e conservadora de se escrever história. É nessa lacuna que o trabalho pretende se inserir.

---

<sup>10</sup> WEHLING, Arno. Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na historiografia brasileira. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 164 (420): 87-91, jul./set. 2003. p. 91.

## Capítulo 1: Primeira “fase” de produção: Livros de síntese sobre a história brasileira

### 1.1 A História da Civilização Brasileira e a coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional

Pedro Calmon Moniz de Bittencourt chegou ao Rio de Janeiro no ano de 1922. Concluiu os estudos iniciados na Bahia no ano de 1924, na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Miguel Calmon Du Pin de Almeida, seu primo e padrinho influente convidara-o a secretariar a Comissão Promotora dos Congressos da Independência, encarregada dos preparativos para as comemorações dos cem anos do estado independente no Brasil.

Calmon fazia parte de uma família economicamente falida, embora com um passado glorioso, vinculado às aristocracias baiana e mineira dos períodos imperial e republicano.<sup>11</sup> Em um sentido mais amplo, podemos afirmar que embora a família de Calmon não pertencesse mais a uma elite econômica, o jovem dispunha de privilégios decorrentes de sua rede de relações familiares e de sua formação em Direito.<sup>12</sup> A formação em cursos superiores regulares ministrados nas tradicionais escolas de direito, medicina e engenharia era momento para os rapazes bem-nascidos e bem-educados estabelecerem amizades e contatos para o futuro.

De posse de seu diploma, Pedro Calmon prestou concurso para o cargo de 3.º oficial do Museu Histórico Nacional, também recomendado por seu padrinho Miguel Calmon, e foi aprovado no ano de 1925. O museu havia sido inaugurado em 1922 ao final da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência. Era dirigido por Gustavo Barroso e seu projeto buscava valorizar a tradição e mantê-la “viva”, de forma que pudesse a orientar os caminhos da nação moderna.<sup>13</sup> Mais adiante, trataremos de forma mais detida do Museu Histórico Nacional. Por ora, nos interessa saber que o jovem autor muito cedo buscou sua inserção em reconhecidas instituições do cenário intelectual brasileiro.

---

<sup>11</sup> REIS, José Carlos. *Civilização brasileira e otimismo ultraconservador (ingênuo)*. Op. Cit. p. 33.

<sup>12</sup> Sobre uma noção mais ampla de elite ver: HEINZ, Flávio. M. (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 7.

<sup>13</sup> Falaremos de forma mais detida sobre a concepção de História de Gustavo Barroso no Capítulo 2 deste trabalho. Ver OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003. p. 53.

Pedro Calmon pronuncia sua primeira conferência no IHGB no ano de 1925. No ano seguinte, se propõe para sócio efetivo da instituição ostentando uma lista expressiva de livros publicados.<sup>14</sup> Foi efetivado no ano de 1931, com apenas 29 anos, na mesma sessão em que também o foi Gustavo Barroso.<sup>15</sup> Calmon cedo busca inserção no IHGB como forma de recuperar no cenário intelectual uma posição perdida no interior da elite econômica. Apesar das dificuldades enfrentadas com o fim do período monárquico, o Instituto conseguiu se reerguer e funcionou como um espaço fundamental de debates acerca da escrita da história do Brasil nos anos 1930 e 1940.

Pedro Calmon gostava de denominar o IHGB de “casa da memória nacional”. Tal título é utilizado com orgulho pela instituição até a atualidade.<sup>16</sup> Fundado em 1838, o instituto demonstra a importância conferida ao estudo e à escrita da história nacional e sua vinculação ao ensino e à seleção e guarda de documentos que conferissem legitimidade a esse estudo e escrita no século XIX. Mesmo que não se configurasse como única instância de produção do conhecimento histórico nas primeiras décadas do século XX, o IHGB ainda se mostrava como uma instituição de grande tradição e prestígio.<sup>17</sup>

Por suas estreitas ligações com o regime monárquico e com a figura de D. Pedro II, o Instituto enfrentou dificuldades nas primeiras décadas do período republicano. Tais apuros estavam relacionados tanto aos embaraços políticos, decorrentes do advento no novo regime, quanto aos questionamentos acerca da atuação da agremiação. Nesse contexto, os processos de constituição de uma cultura cívica republicana e o papel da escrita da história nessa elaboração se farão por ajustamento e apropriação de tradições, mesmo que essas tradições fossem inventadas.<sup>18</sup>

Uma vez que o contexto era outro, fazia-se necessário conciliar uma história colonial e imperial com as demandas por legitimidade do novo regime. Era preciso criar uma tradição republicana para o país. Os debates que se travavam na instituição

---

<sup>14</sup> Em 1926 o autor se propôs para sócio efetivo comprovando como produção cinco títulos de História publicados, três no prelo e um em preparo. Cf. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, 99 (153), 1926. p. 440-441.

<sup>15</sup> Cf. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, 164, 1931. p. 436.

<sup>16</sup> RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo Histórias e Memórias: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817**. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011. p. 95.

<sup>17</sup> Para um estudo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nas primeiras décadas do século XX, Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

<sup>18</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentum, 2009. p. 12.

envolviam além de temáticas a serem avalizadas na composição da história do Brasil como datas, vultos e eventos, também abrangiam discussões sobre a estrutura e o caráter do conhecimento histórico.<sup>19</sup>

Ao IHGB interessava conceber, por meio da história, a “memória da nação”. O intuito de seus membros era fazer isso elegendo e encadeando os acontecimentos considerados relevantes para essa memória. Do mesmo modo, apagavam-se outros acontecimentos tidos como pouco relevantes e as lacunas que transparecessem a inconsistência de tal arranjo. Assim, seus membros acreditavam poder oferecer ao país um passado partilhado, que serviria de referencial para a construção de uma determinada concepção da identidade nacional e à manutenção da sua integridade política e territorial.<sup>20</sup>

Fábio Franzini aponta que a “força da tradição” se fazia presente no período republicano e as principais ambições da instituição ainda eram cristalizar uma memória para a nação e dotar o país de um passado comum. A história do Brasil era percebida como a história da introdução do país na civilização europeia, conduzida primeiramente pela Coroa Portuguesa e posteriormente pelo seu herdeiro nacional, o Estado Monárquico. Ainda assim, aponta que dentro do Instituto uma nova geração de pensadores já concebia o passado de uma maneira diferente. Dentre esses pensadores, Franzini localiza Pedro Calmon.<sup>21</sup>

Com o seu livro, **História da Civilização Brasileira**, Calmon não pretendia estabelecer datas, vultos e eventos para serem celebrados pela nação, mas fazer um resumo da evolução do país e da conformação do povo brasileiro. Seu intuito era fazer uma síntese da história do Brasil “fora da cronologia e da onomástica (...) dentro de um espírito científico que, nas escolas já dirige os conhecimentos modernos”.<sup>22</sup>

Destinado aos estudantes de ensino superior, o livro foi concebido como fruto de uma disciplina ministrada pelo autor no Curso de Museus, criado no Museu Histórico Nacional em 1932. O curso tinha por finalidade formar profissionais capacitados para trabalhar em instituições de memória e pesquisa e foi concebido em uma época na qual

---

<sup>19</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Op. Cit. p. 31.

<sup>20</sup> FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras**: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 20

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>22</sup> CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. (Brasiliana, vol. 14). p. 3.

o museu passava por dificuldades decorrentes de divergências políticas em relação ao governo empossado em 1930.

Gustavo Barroso foi afastado do cargo de diretor em 1930 e só voltaria à instituição no ano de 1932. Em suas **Memórias**, Calmon afirma que a ideia de resgatar o projeto do curso prevista no decreto de fundação do museu foi sua e que Rodolfo Garcia, empossado como diretor interino, deu-lhe carta branca para planejar e executar o curso da maneira que desejasse.<sup>23</sup> Não é difícil acreditar que isso tenha se dado, uma vez que Calmon, além de professor, também foi nomeado secretário do curso. Assim, a portaria do Curso, seus regulamentos e a distribuição das cadeiras a serem ministradas sem remuneração pelos funcionários do Museu, foram idealizados e executados por Pedro Calmon.

O intelectual também ministraria a cadeira de “História da Civilização Brasileira”, introduzida nos regulamentos do curso no ano de 1934 em substituição à cadeira de “História Política e Administrativa do Brasil”. Tal mudança pode ter sido fruto da intervenção de Calmon, uma vez que Gustavo Barroso se mostrava contrário à mudança da nomenclatura. Em carta a Mário de Brito, diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP, enviada em 22 de março de 1942, por ocasião de uma reorganização do Curso de Museus, Barroso afirma ter proposto o estudo de “História do Brasil” e nunca de “História da Civilização Brasileira”. Argumenta ser essa designação condenada pelos “cultores da História Pátria”.<sup>24</sup>

Mais do que uma mudança de nomenclatura da disciplina, a troca dos nomes denota que uma transformação no campo historiográfico estava em curso no início do século XX. A história do século XIX, dos fatos políticos e administrativos do Brasil perdia terreno para a história da civilização brasileira, que defendia uma perspectiva socioantropológica que fosse capaz de elucidar a formação social brasileira. A recusa de Barroso em admitir o estudo de uma história da civilização brasileira manifesta o conservadorismo presente em sua concepção de passado, que reconhece como legítimo o estudo do Estado, por meio dos acontecimentos políticos e da biografia dos “heróis”.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup>CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 191.

<sup>24</sup> Carta de Gustavo Barroso a Mário de Brito, de 22 de março de 1942. Publicada nos Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. 5, 1944. Apud MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever a história nos museus. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. vol 34. Rio de Janeiro, 2002. p. 123.

<sup>25</sup>MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever a história nos museus. Op. Cit. p. 115-116.

A tendência de substituir a ‘História do Brasil’ que privilegiava os aspectos factuais e administrativos, por uma “História da Civilização Brasileira” buscando enfatizar os aspectos “sociais” estava em voga em algumas das recém-criadas universidades brasileiras. Em 1934, Afonso de Escagnolle Taunay, destacado historiador e diretor do Museu Paulista, inaugurara a cátedra de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.<sup>26</sup>

Taunay afirma que a perspectiva da história da civilização tinha surgido no século XIX e no Brasil somente nas primeiras décadas do século XX é que os estudos empreendidos sob essa perspectiva teriam avultado. O pioneiro desses estudos, segundo ele, foi Capistrano de Abreu. Taunay, dessa forma, afirma a ruptura operada por Capistrano de Abreu no campo da historiografia brasileira.<sup>27</sup> É significativo que boa parte dos autores que se propôs a escrever sobre a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX busque se inserir na tradição modernizadora inaugurada por Capistrano.<sup>28</sup>

Taunay se considera um discípulo de Capistrano e é considerado por Calmon como “mestre”. Retribui a designação indicando o livro **História da Civilização Brasileira** para os seus alunos da Faculdade de Ciências e Letras. Apesar de tecer críticas ao livro, afirmando ser ainda um manual incompleto, que apresentava capítulos deslocados e ausências significativas, Taunay afirma que como um compêndio “é tentativa digna de todos os encômios”, pois se guiava pelo objetivo de “ventilar os aspectos inéditos” da História do Brasil.<sup>29</sup>

O livro **História da Civilização Brasileira** foi lançado como o volume 14 da Brasileira da Companhia Editora Nacional. A coleção, criada em 1931, foi pensada como uma série de um amplo projeto editorial intitulado “Biblioteca Pedagógica Brasileira”. A BPB, como ficou conhecida, subdividia-se em cinco séries distintas: Literatura Infantil, Atualidades Pedagógicas, Livros Didáticos, Iniciação Científica e Brasileira. Esta última foi dirigida por Fernando de Azevedo, um dos mais conhecidos educadores do Brasil, até o ano de 1956.<sup>30</sup>

---

<sup>26</sup> ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira**: a História da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora UNESP, 2011.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>28</sup> Falaremos mais a respeito de Capistrano de Abreu no capítulo 3 deste trabalho.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>30</sup> PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “coleções brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sergio. (et. al) **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol 1. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989. pp. 359-409. p. 388.

Fundada em 1925, a Companhia Editora Nacional era dirigida por Octales Marcondes Ferreira e Monteiro Lobato.<sup>31</sup> Lobato vendeu sua parte em 1929 a Themistocles Marcondes Ferreira, irmão de Octalles. Apesar da sociedade com Lobato na criação da empresa, todo o trabalho de construção da nova casa editorial deveu-se a Octalles, que trabalhou pesado nos 48 anos em que esteve à frente do empreendimento.<sup>32</sup>

O termo “Brasiliana” designava toda coleção ou conjunto de livros que deveriam ser lidos para conhecer o Brasil. Seria uma alusão a uma biblioteca real ou metafórica que possibilitasse ter em um “golpe de vista” toda a cultura nacional ao alcance.<sup>33</sup> Como parte das iniciativas empresariais de modernização e afirmação de um mercado do livro no Brasil, nos anos 1930, diversas editoras lançaram coleções destinadas à discussão de temas nacionais.<sup>34</sup>

Compreender a realidade brasileira tinha se tornado uma meta a ser alcançada pelos estudos políticos, sociológicos e geográficos do período. Contudo, as análises historiográficas desempenharam um papel relevante no interior da Brasiliana, nas décadas de 1930 e 1940, atingindo um percentual de 25% e 27%, respectivamente, dos livros editados na coleção. Os livros sobre história do Brasil foram publicados em maior volume entre os anos 1931 e 1941. A área encarregou-se no interior da coleção de resgatar o legado comum do passado nacional em um percurso evolutivo, rumo ao progresso.<sup>35</sup>

Eliana de Freitas Dutra procura mostrar que a coleção Brasiliana da Companhia Editora Nacional foi concebida ao mesmo tempo como uma biblioteca ideal e como uma enciclopédia. A autora afirma que a biblioteca sobre o Brasil agrupada em torno da Brasiliana permitiu a constituição de um tipo de trabalho intelectual no contexto dos anos 1930, delineado menos na relação dos intelectuais com o seu público do que na

---

<sup>31</sup> HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 2 ed. ver e ampl. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005. p. 346.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 347 e p. 382.

<sup>33</sup> SORÁ, Gustavo. **Brasilianas**: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 2010. p. 28.

<sup>34</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. Companhia Editora Nacional: tradição editorial e cultura nacional no Brasil dos anos 30. IN: **I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial**. FCRB, UFF/PPGCOM, UFF/LIHED. 2004. p. 1

<sup>35</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasiliana. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 299-314. p. 306.

relação da obra com as questões políticas e culturais de sua época ou com projetos que mobilizavam a intelectualidade na década de 1930.<sup>36</sup>

A autora cita os casos dos livros de Roquete Pinto (a quem foram pagos valores de direitos autorais bem acima da média pelo livro **Rondônia**) e Pedro Calmon (que lançou a **História da Civilização Brasileira**, em primeira e segunda edições, com uma tiragem de 10.000 exemplares cada edição, quando a quantidade média da Brasileira era de apenas 2.000) para sugerir a intervenção de elementos externos ao mercado editorial na seleção e nas negociações em torno das edições da coleção. Os critérios para a publicação de um livro passavam pelas relações no interior do campo intelectual, pelas discussões em torno das políticas nacionais ou mesmo pelo possível interesse do Estado na publicação de determinada obra.<sup>37</sup>

Fernando Azevedo, em carta enviada a Pedro Calmon, afirma que examinou os originais de **História da Civilização Brasileira** a pedido do próprio diretor da Companhia. Agradaram a Fernando de Azevedo “o plano, nas suas linhas gerais, a orientação moderna, que [adotou] e o gosto da exactidão, marcada pelo espírito crítico e pela riqueza da documentação”. De acordo com o parecer de Azevedo a companhia estaria disposta a editar o livro, entretanto, o editor afirma ter algumas sugestões a fazer para melhorar a obra e conferir-lhe um caráter mais didático.<sup>38</sup>

Não sabemos como a conversa continuou, pois não tivemos acesso à resposta de Pedro Calmon, nem a outras cartas enviadas por Fernando de Azevedo a Pedro Calmon sobre a publicação de **História da Civilização Brasileira**. O que podemos depreender da carta é que o próprio Octalles Marcondes Ferreira requisitou a Fernando de Azevedo que lesse os originais, não sabemos, entretanto, se esse pedido foi intermediado por alguém. A obra também sofreu intervenções do editor, de forma que pudesse tornar-se mais atraente para uma determinada fatia do público leitor: os estudantes e professores de ensino secundário e superior.

Ao que tudo indica os esforços de Azevedo para tornar a obra vendável deram resultados. A **História da Civilização Brasileira** foi um sucesso para os padrões editoriais brasileiros durante cerca de 30 anos. O livro atingiu a sexta edição em 1963, tendo sido reeditado sempre pela Companhia Editora Nacional e contou com uma

---

<sup>36</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros. Op. Cit. p. 310.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 309-310.

<sup>38</sup> Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon. Série F, Caixa 21, Código: 1932.11.18. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

tradução argentina e uma italiana.<sup>39</sup> A tradução argentina foi lançada em 1937 como primeiro volume da *Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano*. A iniciativa era parte de um convênio firmado entre o Brasil e o país vizinho para promoção da integração ibero-americana e do diálogo. O objetivo era traduzir obras com fins pacifistas nas áreas de História, Ciências, Geografia e Letras para serem distribuídas nas bibliotecas públicas e entre os professores dos dois países.<sup>40</sup>

A *Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano* era parte de um projeto amplo que reunia historiadores, intelectuais e políticos ligados à diplomacia que olhavam para o passado de seus países para construir um projeto de futuro integrador almejado. Dessa forma, os conflitos inerentes ao processo de colonização, as rivalidades, a exploração colonial, a brutalidade da escravidão deveriam ser elididos da história desses países para que um futuro pacífico e harmônico pudesse ser construído.<sup>41</sup>

Dessa forma, é significativo que a obra escolhida para inaugurar a coleção e sintetizar a história do Brasil para o público argentino tenha sido justamente o livro **História da Civilização Brasileira**, de Pedro Calmon. Essa escolha foi feita a partir da imagem que o país buscava construir de si perante os países da América Latina e referendada nos interesses diplomáticos dos intelectuais e políticos que idealizaram o acordo e dos governos brasileiro e argentino.

Não sabemos se a hipótese de Eliana de Freitas Dutra se confirma e talvez o livro **História da Civilização Brasileira**, tenha recebido algum financiamento por parte do governo para que sua edição pela Brasiliana fosse ampliada. O que podemos inferir é que a imagem da história do Brasil divulgada pela obra se coadunava à visão dessa história que o governo e os intelectuais ligados a ele buscavam propagar no Brasil e em outros países. Veremos mais adiante história do Brasil era essa e que imagem ajudava a reforçar.

---

<sup>39</sup> WEHLING, Arno. Pedro Calmon e a História da Civilização Brasileira. In: CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 2002. pp. 15-24.

<sup>40</sup> Sobre os convênios de integração firmados entre o Brasil e a Argentina ver: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Entre revisões e traduções: história e integração regional no Brasil e na Argentina (1930-1940) RANGEL, Marcelo de Mello ; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (Orgs.). **Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas**. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 5.

## 1.2 Formação Brasileira e a coleção “Problemas Políticos Contemporâneos” da José Olympio Editora

Hélio Martins Vianna, era filho do comendador do Império e industrial Artur Viana e de Querubina Martins. Provavelmente, sua família também perdeu prestígio com o fim do período monárquico e ascensão da República. O jovem Hélio Vianna também migrou para o Rio de Janeiro e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro – instituição na qual também estudara Pedro Calmon – no ano de 1932.<sup>42</sup> No mesmo ano, entrou para os quadros da Ação Integralista Brasileira (AIB).

A organização foi fundada por Plínio Salgado e tinha por inspiração o fascismo italiano. Salgado era um conhecido jornalista ligado ao grupo modernista dos verde-amarelos e defendia posições nacionalistas, antissocialistas e antiliberais. O lema máximo do integralismo era “Deus, Pátria e Família”.<sup>43</sup> A criação da AIB oficialmente como partido se deu em outubro de 1932, ocasião em que Plínio Salgado apresentou um manifesto que sintetizava as propostas do movimento.

Este documento expressava a defesa do sentimento nacionalista, a crença em Deus, o culto à ordem e aos valores da hierarquia, o apoio à família como menor unidade da sociedade e o estabelecimento de um Estado forte e coeso que pudesse constituir uma sociedade igualmente forte e coesa. Buscava assim, o combate às influências estrangeiras na cultura nacional, e ao sistema liberal e federativo em voga no país, apregoando a extinção dos partidos políticos, entendidos como organismos criados para a defesa de interesses particulares.<sup>44</sup>

Buscando constituir as bases do que seria a sua organização e recrutar jovens cujos interesses se coadunassem com suas propostas autoritárias, Salgado proferiu no interior da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, nos anos de 1931 e 1932, uma série de conferências. Também estabeleceu contato com um grupo de intelectuais, principalmente jovens acadêmicos de Direito reunidos em torno do Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos (CAJU) e dos periódicos **Hierarchia** e **Revista de Estudos**

---

<sup>42</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 140.

<sup>43</sup> Ver Ação Integralista Brasileira. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/AIB> (Acesso em 12 jun 2013)

<sup>44</sup> RAMOS, Alexandre Pinheiro. **Intelectuais e carisma**: A ação integralista brasileira na década de 1930. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p. 52.

**Jurídicos e Sociais.** Entre esses jovens intelectuais estava Hélio Vianna, que passou a integrar a AIB.<sup>45</sup>

Nas páginas de **Hierarchia**, Hélio Vianna descreve o significado do seu encontro com o integralismo: “tornar-se integralista é o que de mais profundo ocorreu com minha alma juvenil”.<sup>46</sup> O jovem intelectual passou a colaborar mais assiduamente em publicações do movimento integralista, integrando o que Rodrigo Christofolletti denomina de “ala engajada” do movimento.<sup>47</sup>

A colaboração com a revista **Hierarchia**, pode ter rendido a Hélio Vianna inserção no aparato de controle de informações do governo. A revista fora fundada por Lourival Fontes<sup>48</sup>, que ulteriormente, passou a dirigir o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, precursor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), onde Hélio Vianna trabalhou de 1935 a 1939.<sup>49</sup> A criação desses órgãos denota o empenho do governo em elaborar uma estrutura centralizada que possibilitasse o controle da propaganda, dos meios de comunicação e de produções culturais. Maria Helena Capelato aponta que os articuladores da propaganda varguista observavam atentamente a propaganda nazi-fascista e buscavam adotar seus métodos adaptando-os às condições brasileiras.<sup>50</sup> A convergência das ideias de Lourival Fontes e Hélio Vianna com os ideais da AIB atestam essa simpatia.

Voltemos então à AIB. Em 1934, Hélio Vianna ministrou no Departamento Provincial de Estudos da Ação Integralista Brasileira no Rio de Janeiro, um curso de História Política e Social. Tanto Rodrigo Christofolletti quanto Alexandre Pinheiro Ramos apontam que a responsabilidade pelos cursos de História ministrados no núcleo da AIB do Distrito Federal foi a maior contribuição de Hélio Vianna ao movimento integralista nos anos 1930.<sup>51</sup> O curso objetivava a formação de elites no interior da

---

<sup>45</sup> CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do Integralismo**: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961). Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2010. p. 169.

<sup>46</sup> Hierarchia, 13/4/1936. Apud. CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do Integralismo**. Op. Cit. QUADRO ANALÍTICO-PROSOPOGRÁFICO DOS AUTORES DA ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO 1ª GERAÇÃO.

<sup>47</sup> CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do Integralismo**. Op. Cit. p. 186.

<sup>48</sup> Informações sobre Lourival Fontes obtidas em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lourival\\_fontes](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lourival_fontes) (Acesso em 20 set 2013)

<sup>49</sup> Pasta Curriculum Vitae. Doc. 5. DL 1336.014. Fundo Hélio Vianna. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>50</sup> CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. pp. 167-178. p. 169.

<sup>51</sup> CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do Integralismo**. Op. Cit. p. 186 e RAMOS, Alexandre Pinheiro. **Intelectuais e carisma** p. 171.

organização e foi publicado em 16 números da revista **A Offensiva**. Também deu origem a seu livro **Formação Brasileira**, publicado como quinto volume da coleção “Problemas Políticos Contemporâneos”, editado pela “Casa” José Olympio.

A editora era chamada conhecida como “Casa” pelo seu proprietário e pelos escritores que a frequentavam assiduamente. José Olympio Pereira Filho (1902-1990) ficou conhecido como um editor que era capaz de reunir em torno de sua editora um numeroso contingente de intelectuais que defendiam os mais diversos posicionamentos ideológicos. O editor cultivava boas relações com autores, críticos e nomes ligados ao poder, como Filinto Müller, Lourival Fontes e o próprio presidente Getúlio Vargas.<sup>52</sup>

Conforme já apontamos, como forma de dinamizar o mercado do livro no Brasil e contribuir para a compreensão da realidade brasileira, as editoras apostaram na publicação de coleções. Nessas empreitadas, os editores desempenhavam importante função na seleção e organização dos livros em um conjunto coerente, que alcançasse o público alvo, contribuindo para a difusão das ideias veiculadas pela coleção.<sup>53</sup> Como já apontamos, as coleções deveriam ser “bibliotecas ideais”.

Em 1934, a editora José Olympio deu início à publicação da coleção “Problemas Políticos Contemporâneos”. Como o nome da coleção dá a entender, os problemas do país seriam examinados a partir da história e da teoria política.<sup>54</sup> Entretanto, na definição de Hallewell a coleção era “pura propaganda integralista”.<sup>55</sup> Nem todos os nomes publicados pela “Problemas Políticos” pertenciam ao movimento, embora em suas listas figurassem importantes lideranças como Plínio Salgado e Miguel Reale.

A ideia principal defendida em **Formação Brasileira** era a de que os principais problemas brasileiros tinham origem na nossa formação. Com a proclamação da República, segundo o autor, teriam se perdido os “rumos que eram tradicionalmente nossos” e teria se iniciado um processo de “evidente decadência brasileira nesse aspecto essencial para a vida de um povo que é o de sua conformação nacional, consolidada e definitiva”.<sup>56</sup> Quanto à Revolução de 1930, episódio ainda muito recente, o autor é evasivo. Se por um lado, afirma que foi a única revolução geral que a história do Brasil

---

<sup>52</sup> FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras*. Op. Cit. p. 14.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 81-82.

<sup>55</sup> HALEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil*. Op. Cit. p. 449-450 e FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras*. Op. Cit. p. 83.

<sup>56</sup> VIANNA, Hélio. *Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935. (Problemas políticos contemporâneos n. 5). p. 24.

já teve, por outro, afirmava ainda persistirem insatisfações que seriam dirimidas apenas com alterações muito profundas, embora não esclareça o teor de tais alterações.

O livro de Vianna foi tema de resenhas publicadas em periódicos integralistas, como A Offensiva, O Sigma e Monitor Integralista e em jornais de grande circulação como o Diário de Notícias e o Diário da Noite.<sup>57</sup> A maior parte dessas resenhas tecia elogios à síntese empreendida. Algumas eram assinadas por conhecidos nomes da crítica literária como Augusto Frederico Schmidt, Lucia Miguel Pereira e Eloy Pontes.

Acreditamos que essa visibilidade deveu-se à divulgação empreendida pelo editor, uma vez que o autor era um estreante no mundo das letras. Ainda assim, apesar de toda a competência editorial de José Olympio e de suas boas relações com figuras ligadas ao governo, sua empresa não deixou de sofrer com as restrições impostas com a ascensão do Estado Novo. Após o golpe de 1937, o integralismo foi rechaçado e esvaziado pelo regime de Getúlio Vargas. A coleção “Problemas Políticos Contemporâneos” foi no mesmo ano encerrada pelo editor e o livro **Formação Brasileira** não teve sequer uma segunda edição.<sup>58</sup>

O fato de o livro ter sido bem recebido nos meios intelectuais, mas não ter sido bem sucedido no mercado editorial, pode indicar que para além das tendências políticas do autor, o conteúdo não estava em consonância com a imagem da história do país que se queria veicular internamente e no exterior. Ao questionar os rumos tomados pela história brasileira e afirmar que o país estaria retrocedendo, o autor contrariava a ideia que colocava o país no sentido de um futuro glorioso.

Hélio Vianna, mesmo sendo membro do integralismo, ao que tudo indica, não sofreu maiores sanções por ocasião da derrota e consequente desmonte da AIB. Conseguiu manter seu cargo no Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, no qual escrevia textos para serem irradiados pelo programa radiofônico Hora do Brasil<sup>59</sup> e posteriormente foi chamado a compor o quadro docente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, assunto de que trataremos de forma mais detida no segundo capítulo deste trabalho.

---

<sup>57</sup> Pasta Formação Brasileira DL 1381.023. Fundo Hélio Vianna. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>58</sup> FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras*. Op. Cit.83.

<sup>59</sup> Encontramos no Fundo Hélio Vianna, armazenado no IHGB, 63 registros de textos irradiados no programa A Hora do Brasil entre os anos de 1935 e 1938.

### 1.3 As sínteses do Brasil na “História da Civilização” e na “Formação” brasileiras

Mapeadas as “redes” de sociabilidade às quais pertenciam os nossos autores, vejamos com maior acuidade o conteúdo das obras. Os livros de Pedro Calmon, **História da Civilização Brasileira** e Hélio Vianna, **Formação Brasileira** são pequenos volumes que contam com 277 páginas e 258 páginas respectivamente. O primeiro traz uma periodização cronológica que se inicia com “O descobrimento e a posse do Brasil” e se encerra com a “Proclamação da República”. A obra é dividida em 26 capítulos, sendo 168 páginas dedicadas ao período colonial, 96 dedicadas ao período imperial e apenas 12 dedicadas à Proclamação da República.

**Formação Brasileira** segue uma composição diferente. É constituído de 15 capítulos, sendo que 10 organizados em uma narrativa cronológica que vai desde as “Preliminares europeias” até o “Segundo Reinado – Os partidos políticos, o parlamentarismo e o poder moderador”. Os demais capítulos são temáticos, versando sobre “A escravidão dos negros no Brasil”, “Política exterior do Império e da República”, “Rebelliões Republicanas” e “As Constituições de 1891 e de 1934”, um “Esboço de uma História Econômica e Financeira do Brasil, desde a Abertura dos Portos” e uma “Síntese de uma História da Educação no Brasil”. No cômputo geral das páginas, o privilégio é do período colonial, embora a organização temática não deixe entrever exatamente quantas páginas são dedicadas a cada período da história brasileira.

60

Em sua introdução, Hélio Vianna afirmava a existência de três períodos político-sociais na história brasileira: “o da dilatação colonial, o da integralização monarchica e o da dispersão republicana”. No primeiro, teriam se consolidado a dilatação do território e a ele se seguiria a fase “real e imperial”, caracterizada pela “integralização desse mesmo território e da nacionalidade que dentro d'elle se formara”. Por fim, teria tido início o último período da evolução brasileira, no qual a “República aparece como uma força antes desorganizadora que convenientemente reformadora”.<sup>61</sup>

Temos assim, um sentido extremamente pessimista para o rumo tomado pelo país após a adoção do sistema republicano. Em contrapartida, em **História da Civilização Brasileira**, Pedro Calmon faz um resumo da evolução do país que, segundo Reis, “exprime um otimismo ingênuo em relação à história brasileira”. Ingênuo porque

---

<sup>60</sup> VIANNA, Hélio. **Formação Brasileira**. Op. Cit. p. 5-6.

<sup>61</sup> VIANNA, Hélio. **Formação Brasileira**. Op. Cit. p. 10; 19; 22.

tenta a todo custo mostrar que somos um povo unido e que evoluímos serenamente para sermos o melhor que podemos, rumo à felicidade, porque a nacionalidade estaria consolidada no território e na alma do povo brasileiro.<sup>62</sup>

Pedro Calmon buscou elementos para estudar a constituição do povo brasileiro a partir do que chamou de “troca de influências” entre as raças, fazendo menção sempre ao processo de mestiçagem e à convivência benéfica entre os três tipos formadores da sociedade brasileira, o português, o negro e o índio. Visualizou a partir dessa convivência a formação de um “indivíduo médio”, o mestiço e uma “sociedade média”. O autor enxergou nessa “média” a explicação da evolução nacional, que resultou um país harmonioso etnicamente e equilibrado. Ao buscar analisar a formação do povo brasileiro, Calmon opta por recorrer à clássica fórmula da composição das três raças proposta por diversos autores ainda no século XIX.<sup>63</sup>

Demonstrando uma visão romântica, o autor localiza o início da formação da identidade nacional nas guerras holandesas, que segundo ele, “tiveram a virtude de argamassar num tipo, até então desconhecido, os elementos díspares da colonização.” As guerras holandesas possibilitam o surgimento de um “tipo” resultante da mescla das três raças. Em virtude desse episódio, branco, índio e negro, “aliados para a repulsa do intruso”, segundo o autor, estavam “acomodados no seu amor á terra adotiva ou do berço, como se o dever de defendê-la já fosse ‘patriotismo’”.<sup>64</sup>

Por outro lado, Calmon não desprezou completamente as diferenças raciais que a biologia de então apregoava. Na caracterização dos papéis das três raças no processo de colonização, reservou ao português a função de articulador da nação nascente, o de desbravador onde até então só existiria selvageria e barbárie. O autor desloca a mestiçagem do campo da biologia para o campo da cultura, quando aponta a troca de influência entre as raças no campo cultural para contar a história de uma civilização engendrada por indivíduos mestiços.<sup>65</sup>

Ao privilegiar a formação cultural brasileira, Calmon apresenta uma conformação para o brasileiro no século XVII tornando-o agente de sua própria civilização mestiça, quando a mestiçagem ainda carregava um forte estigma. As elites

---

<sup>62</sup> REIS, José Carlos. Civilização brasileira e otimismo ultraconservador (ingênuo). Op. Cit. p. 37-39.

<sup>63</sup> CALMON, Pedro. História da Civilização Brasileira. Op. Cit. p. 30-31. e ARAÚJO, Mariele de. **A medida das raças na mistura imperfeita: Discursos Racialistas em Pedro Calmon - 1922/33.** Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2006. p. 69-70.

<sup>64</sup> CALMON, Pedro. História da Civilização Brasileira. Op. Cit, p. 51 Apud ARAÚJO, Mariele de. **A medida das raças na mistura imperfeita.** Op. Cit. p. 70.

<sup>65</sup> ARAÚJO, Mariele de. **A medida das raças na mistura imperfeita.** Op. Cit. p. 76.

das décadas iniciais do século XX temiam um futuro pouco promissor para o país miscigenado. A esperança dessas elites era a imigração europeia. Se a mistura das raças havia condenado o país, também haveria de salvá-lo. Diante da necessidade de se conviver com a mestiçagem, Pedro Calmon buscou uma saída positiva para a questão. Ao criar uma sociedade composta por indivíduos “médios”, resultado das interações entre o branco, o negro e o indígena, Calmon mostrou que o Brasil também era capaz de se constituir sobre as bases da “civilização” e do “progresso”.<sup>66</sup>

O autor idealiza a miscigenação de uma forma que lembra o indianismo do século XIX. A imagem romantizada do “encontro” do indígena com o português é mobilizada pelo autor como um recurso compensatório pela crueldade da investida portuguesa contra a “raça” assimilada ou “eliminada”. Entretanto, na sua análise foi o índio que influenciou o português e não o contrário. Em sua visão “ao invés de «europeizar-se» o selvagem, foi o branco que se «indianizou»”. O autor menciona o sertanejo como exemplo de permanências da cultura indígena no caráter brasileiro.<sup>67</sup>

O europeu, perante a necessidade de se adaptar à vida nos trópicos, absorveu aspectos utilitários selecionados da cultura indígena, conduzindo o processo de colonização do território. Marielle Araújo mostra que localizando a formação do povo brasileiro no século XVII, o autor praticamente invalida a participação negra na formação do caráter nacional. Seu mestiço era o português indianizado. Seu “tipo” brasileiro é formado antes que as grandes levas de africanos assomassem nos portos brasileiros nos séculos ulteriores.<sup>68</sup>

Alicerçando-se no argumento de que os portugueses eram ainda um povo “embebido em medievalismo”, Calmon, encontra espaço para inserir o africano na formação do brasileiro. A princípio apenas como “braço” o negro não teria despertado o interesse cultural do português. O autor cita as “lendas e crenças” como elemento de influência do negro sobre o português, porque este teria um espírito ainda medieval.<sup>69</sup>

Da congregação dessas três “culturas” formou-se o tipo “brasileiro”, um “novo homem” que fez da colonização desta “nova terra” um empreendimento de tipo associativo e expansivo. Entretanto, já existiria uma “unidade” política (a partir da criação do Governo Geral), geográfica e linguística, consolidada no desenvolvimento da

---

<sup>66</sup> Ibidem, p. 79-80.

<sup>67</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. Op. Cit. p. 30. APUD ARAÚJO, Mariele de. **A medida das raças na mistura imperfeita**. Op. Cit. p. 83.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>69</sup> CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. Op. Cit. p. 132.

nacionalidade, uma vez que, como postula o autor “nenhuma das atuais nações da América foi assim homogênea nos seus começos; e continuou homogênea na sua evolução”.<sup>70</sup> Existiria assim, uma “unidade espiritual” entre as diversas partes do território brasileiro que não poderia ser quebrada, apesar das mudanças de regimes políticos. De qualquer forma, o Brasil marcharia rumo à prosperidade e autonomia.<sup>71</sup>

Hélio Vianna, por outro lado, atenta para a formação da nacionalidade indicando como elementos centrais outros fatores que não a formação étnica e cultural brasileira. Entre esses fatores estavam a economia, o povoamento do território e a diplomacia. Tanto os períodos já mencionados, concebidos pelo autor em sua introdução, que relacionam a cronologia política à formação da nacionalidade, quanto o destaque dado aos ciclos econômicos como motivadores da expansão territorial atestam a ênfase conferida aos aspectos anteriormente aludidos.

Ao tratar do período colonial, a autor relaciona o processo de formação territorial brasileiro com os ciclos econômicos. Assim, o primeiro século da formação brasileira é associado ao “Cyclo da Canna de Assucar”, a conquista do Sul é associada ao “Cyclo de Caça ao Indio”, a ocupação do sertão é associada ao “Cyclo de Creação do Gado”, a ocupação do Centro é associada ao “Cyclo do Ouro e das Pedras”. Em seu entender verificar-se-ia “uma coincidência quasi perfeita dos objetivos econômicos com as diretrizes políticas da nossa dilatação colonial.”<sup>72</sup>

A economia colonial se estabeleceu após difíceis vitórias sobre os indígenas e estrangeiros invasores, graças à tenacidade dos colonos. Vianna identifica a “natural cobiça que a tudo presidiu” como “uma das preliminares indisfarçáveis da nossa grandeza”. O fator econômico, mais do que a formação de um homem “brasileiro” foi o responsável pela expansão territorial e pela integração das diversas partes desse território.<sup>73</sup>

Além disso, o autor não se baseia na mestiçagem como elemento definidor da identidade nacional. Apesar de localizar a formação de uma consciência nacional também na luta contra as invasões holandesas, caracterizando a vitória como “conseqüência de uma solida, comquanto incipiente, compreehensão do espírito nacional”, Vianna não faz nenhuma menção a elementos raciais dos participantes das

---

<sup>70</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>71</sup> CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. Op. Cit. p. 38. e REIS, José Carlos. **Civilização brasileira e otimismo ultraconservador (ingênuo)**. Op. Cit. p. 86.

<sup>72</sup> VIANNA, Hélio. **Formação Brasileira**. Op. Cit. p. 14.

<sup>73</sup> VIANNA, Hélio. **Formação Brasileira**. Op. Cit. p. 13.

batalhas. O episódio confirma, segundo ele, a existência “de um valioso nexa entre os varios nucleos de povoamento do paiz, circumstancia do mais alto valor para o futuro como nação independente e caracterisada”, mas sua importância se esgota aí, uma vez que não é feita referência alguma à participação de indígenas e negros na luta pela retomada dos territórios ocupados.<sup>74</sup>

Menções à mestiçagem são feitas no capítulo III “Cyclo de Caça ao Indio”. O autor aponta que foram muitas as atitudes tomadas pelos colonos a respeito dos indígenas no período colonial e atribui às missões religiosas de “franciscanos e de carmelitas, de beneditinos e de oratorianos, de capuchinhos e de clérigos seculares” as tentativas de “preservar da exterminação total os antigos habitantes da terra”. O autor, portanto, ao caracterizar os indígenas como “antigos” moradores da terra, não defende o direito à permanência nela e nem a imunidade à escravização, vista como uma necessidade econômica e uma fundamental fonte de “dilatação e fixação territorial, de modo a lhe ser garantida a grande área posterior.”<sup>75</sup>

Ainda assim, o autor aponta no Nordeste do Brasil a ocorrência de

ampla mestiçagem que ainda se nota em todo o Norte do paiz, da Bahia para cima, e que chega ao ponto de haver proporcionado o apparecimento de um typo ethnico especial e definido, o do caboclo, em toda essa região, que é a maior do paiz.<sup>76</sup>

O caboclo nordestino, que resultou da adaptação do indígena à vida pastoril, segundo o autor “foi uma das condições mais seguras com que pôde contar a unidade nacional, tendo sido sempre, ao lado do paulista e do portuguez, o devassador das nossas terras mais longínquas”. Em seguida, elogia “essas populações do Nordeste”, que segundo ele “têm constituído um factor dos mais valiosos para a affirmação do caracter e do typo brasileiro”. Vemo-las, “no seu afan de povoar todo o coração do Brasil”.<sup>77</sup>

Contudo, se o autor faz um elogio dos elementos provenientes da mestiçagem entre brancos e indígenas, o mesmo não se pode dizer da mestiçagem proveniente do cruzamento com os negros, vista como um dos problemas decorrentes da instituição da escravidão negra no período colonial. A intensa miscigenação que aqui se procedeu

---

<sup>74</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>77</sup> VIANNA, Hélio. **Formação Brasileira**. Op. Cit. p. 73-74.

entre brancos e negros teria se dado principalmente em virtude da “ausência de preconceito de côr entre os portugueses”.<sup>78</sup>

Diferentemente de Pedro Calmon, que busca no elemento mestiço um “tipo brasileiro”, ressaltando suas características positivas e ignorando as interpretações negativas acerca da mestiçagem, Hélio Vianna considera em sua apreciação a mestiçagem como fonte dos nossos “problemas ethnicos”. O autor afirma que as questões relativas à inferioridade dos mestiços oferecem margem para muitas dissensões, mas não se posiciona em relação a essas questões.<sup>79</sup>

Quiçá o autor achasse que os problemas relativos à miscigenação da população não eram tão graves, pois em sua concepção, o Brasil caminharia para o total branqueamento em pouco tempo. Como forma de referendar a sua posição, aponta os seguintes números sem fazer referência de sua procedência:

A percentagem de pretos, por exemplo, que em 1872 era de 16%, desceu a 12% em 1890 e agora não é maior que 7%. E a dos brancos no mesmo período, subiu de 38% a 70%, as diferenças entre as duas sendo preenchidas pelos mestiços, aliás também em franca diminuição. Ahi se encerra mesmo a certeza de que a coexistência de brancos e negros não é um problema para nós.<sup>80</sup>

A coexistência entre brancos e negros não seria um problema porque, em sua concepção, os negros tenderiam a desaparecer, bem como os mestiços. Se Vianna reconhece que nos setores do “flok-lore, as crendices, a alimentação, as diversas manifestações artísticas, a agricultura, os costumes”, as influências africanas, conjuntamente com os elementos europeus e americanos muito contribuíram para a mistura racial, por outro lado, nega a presença do elemento negro na constituição da população brasileira, afirmando estar fadado a desaparecer em pouco tempo.

Para Vianna, o movimento de expansão territorial da colônia partiu de quatro núcleos principais: Bahia, Pernambuco, São Paulo e Maranhão-Pará. A cada núcleo correspondeu uma ou mais atividades econômicas que serviram de esteio a penetração territorial e ao povoamento da região. Ao período colonial, que Vianna denomina período da dilatação, sucedeu-se o período monárquico, “caracterizado pela integralização deste mesmo território e da nacionalidade que dentro d'elle se formara”. O maior feito do período monárquico foi ter possibilitado a unidade do território que se

---

<sup>78</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 155.

formara no período anterior, pois “somente um throno teria forças suficientes para congregar aquelle material tão distanciadamente disposto”.<sup>81</sup> A história da “formação brasileira” vem para demonstrar que, ainda que o produtor dessa unidade fosse externo, o colonizador português, havia uma coesão que fundamenta a unidade territorial, mesmo que os núcleos de povoamento tenham se desenvolvido de forma autônoma.<sup>82</sup>

Pedro Calmon buscava escrever uma **História da Civilização Brasileira** que fosse capaz de explicar a nacionalidade brasileira a partir dos seus aspectos sociais, para além da subordinação ao Estado. José Carlos Reis afirma que o autor só consegue isso até 1808, quando passa a ter outra visão e se posiciona a favor do Estado português e após a independência, a favor do Estado brasileiro e contra a sociedade. Calmon procura integrar indígenas e negros em sua narrativa acerca da nacionalidade brasileira, ainda que esses tenham contribuído em sua interpretação de forma marginal. Sua narrativa é integradora e busca inferir a contribuição desses elementos para a constituição do que entende como uma “civilização brasileira”. Civilização essa que teria se formado a partir do amálgama desses três componentes, de forma pacífica, quase sem conflitos, espontaneamente.

Hélio Vianna, por outro lado, enxerga indígenas e negros como obstáculos à formação brasileira. Apesar de reconhecer que os elementos indígena e negro tiveram sua importância econômica como força de trabalho ao longo da colonização, quando essa força passa a não ter mais valor, esses elementos viram entraves a esse processo e necessitam ser extirpados. A sua análise da formação brasileira dá conta de explicar os fundamentos gerais da constituição territorial do país, enxergada como base principal da nacionalidade.

A base territorial da formação nacional brasileira era premissa da grandeza que alcançaria a nação futuramente e a colonização do território tinha o objetivo primordial de “dilatarse” esse território até chegar à extensão ideal. Por esse motivo, apesar de Vianna afirmar que almejava alcançar “o que de mais social e de mais político se contém na nossa formação”, ele de fato, faz uma história da colonização portuguesa e da manutenção territorial após a Independência, não considerando como parte da formação social brasileira os indígenas e negros.<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> VIANNA, Hélio. **Formação Brasileira**. Op. Cit. p. 19.

<sup>82</sup> Análise baseada em HANSEN, Patrícia. **Feições & fisionomia**: a História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000. p. 92-93.

<sup>83</sup> VIANNA, Hélio. **Formação Brasileira**. Op. Cit. p. 7.

Calmon busca positivar a mestiçagem apontando o processo como responsável pela formação de um “tipo brasileiro” diferente do português. Ainda que busque explicar a nacionalidade brasileira pelos seus aspectos sociais, procurando integrar os elementos indígena e negro em sua narrativa, de forma pacífica e harmoniosa, o autor, a partir da Independência desinteressa-se dos aspectos sociais e prioriza os aspectos político-administrativos, reduz sua história do Brasil a uma história do Estado brasileiro. A perspectiva da história da civilização brasileira dava seus primeiros passos e adentrava os cursos universitários recém-criados. O autor buscava nela se inserir, embora não tenha conseguido executar uma história que fosse nomeadamente social.

Hélio Vianna, por outro lado, menospreza a importância da mestiçagem para a “formação brasileira”, que julga ser um processo sobretudo territorial, econômico e político. A constituição social é minimizada e os elementos indígena e negro são encarados como obstáculos à concretização da colonização portuguesa.

A atuação intelectual naquele momento se fazia no sentido de compreender o que caracterizaria o Brasil e a nacionalidade brasileira. As coleções que publicaram sínteses acerca da história nacional fazem parte dessa ação no campo editorial, em um momento que a publicação de livros no Brasil ainda se mostrava um mercado incipiente. Ambos os autores conseguem se inserir no mercado editorial por meio de sua rede de relações constituídas em “lugares de sociabilidade” tais como instituições e redações de jornais e revistas.

Ao que tudo indica, a perspectiva de Pedro Calmon foi mais bem aceita entre os seus pares e pelo governo, uma vez que o livro foi reeditado no Brasil e incluído em algumas iniciativas governamentais destinadas ao conhecimento da história brasileira no exterior. O livro de Vianna foi menos celebrado, contando apenas com uma edição.

Ao refletirem sobre o seu presente os autores Hélio Vianna e Pedro Calmon se aprofundaram no passado brasileiro para projetar, cada um a seu modo, o futuro para a nação.<sup>84</sup> Pedro Calmon e Hélio Vianna buscavam fazer uma história baseada em documentos, visando o alcance de uma síntese, elaborada com base na substância constitutiva da nação. A seleção deste ou daquele aspecto como primordiais para o entendimento da formação nacional diz respeito às opções políticas defendidas por esses intelectuais.

---

<sup>84</sup> DANTAS, Carolina Vianna. **O Brasil café com leite: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos.** Rio de Janeiro, 1903-1914. Tese de doutorado (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História/UFF, 2007. p. 13.

## Capítulo 2: Segunda “fase” de produção: Séries na Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional

### 2.1 Uma História Social para o Brasil

Em 1936, Pedro Calmon foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL) na cadeira de número 16, que tinha por patrono Gregório de Matos e era ocupada anteriormente pelo jornalista e poeta Félix Pacheco. A academia fora fundada em 1897 com a finalidade de cuidar da língua e da literatura brasileiras e de trabalhar para glorificar e imortalizar os “homens de letras”.<sup>85</sup> A expressão servia para designar, da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, um conjunto amplo de escritores denominados polígrafos, que se dedicavam ao jornalismo, ao magistério e a outras atividades como os debates políticos, a crítica literária ou a literatura e a escrita da história.<sup>86</sup>

Alguns historiadores estavam presentes na fundação da instituição como patronos de suas cadeiras ou como criadores das mesmas. O próprio Francisco Adolfo de Varnhagen, considerado o “pai” da história no Brasil foi patrono da cadeira de número 39, fundada pelo também historiador Oliveira Lima.<sup>87</sup> Da mesma forma, a eleição de intelectuais ligados à produção de obras históricas, antropológicas e sociológicas durante os anos 1920 e 1930 tornou a definição de “homens de letras” mobilizada pela Academia menos associada aos que se dedicavam exclusivamente à literatura.<sup>88</sup>

Nesse contexto de definição das fronteiras disciplinares visualizamos algumas tensões e embates sobre quem estaria apto a ingressar na ABL. Algumas eleições tornaram-se alvo de polêmica na imprensa por suscitar suspeitas de que a escolha de novos acadêmicos se fazia mais por critérios políticos e pela rede de relações que o candidato podia mobilizar do que pela sua atuação reconhecida no “mundo das letras”.<sup>89</sup>

---

<sup>85</sup> EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes: a tarefa de criar e perpetuar vultos literários. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 25 (13): 119-134, 2000. p. 120.

<sup>86</sup> GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da UFF, Niterói, 2006. p. 23.

<sup>87</sup> Biografias de Francisco Adolfo de Varnhagen e Oliveira Lima consultadas no site da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br> (Acesso em 30 out 2013)

<sup>88</sup> VENÂNCIO, Giselle Martins. **Na trama do arquivo**: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951). Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós Graduação em História Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ: Rio de Janeiro, 2003. p. 75.

<sup>89</sup> Sobre as polêmicas suscitadas pelas eleições à ABL na imprensa ver LOPES, João Paulo. **A Nação (I) mortal**: Identidade Nacional e Política na Academia Brasileira de Letras. (1931-1943). Dissertação

Fato é que Pedro Calmon entrou para os quadros da instituição, tornando-se “imortal”, ajudado por Afonso d’Escragnon Taunay, com quem mantinha uma relação de admiração e amizade. Taunay teria articulado com Max Fleiuss, Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Gustavo Barroso os votos favoráveis à eleição do jovem Calmon para a agremiação.<sup>90</sup>

O discurso era a parte mais importante da cerimônia de recepção dos novos membros, pois por meio dele estabelecia-se uma ligação entre o passado e o presente instituindo o pertencimento do novato à estirpe da Academia.<sup>91</sup> Pedro Calmon foi recebido na ABL com discurso de Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional, no qual Calmon trabalhava. O orador fez questão de salientar que a academia que recebia o jovem era “uma Casa tradicionalista e ordeira, por princípio e instinto de conservação. Ela somente pode viver, à sombra da ordem e da estabilidade.”<sup>92</sup>

Na visão de Barroso, Calmon interpretava a história brasileira de um ponto de vista cristão, enfatizando a força da religião católica em sua visão do país e considerando o espírito brasileiro como igualitário, fraterno, resignado e acolhedor.<sup>93</sup> Tal aspecto do seu pensamento é destacado no seu discurso de recepção. Barroso afirma que sendo a cultura brasileira cristã e livre, Pedro Calmon seria um dos soldados na defesa do seu “patrimônio espiritual” da nação.<sup>94</sup>

O livro **Espírito da Sociedade Colonial** foi publicado em 1935 como o volume 40 da *Brasiliana*, coleção que continuava bastante produtiva, mostrando que se firmara no mercado editorial brasileiro. Em carta datada de 26 de abril de 1934, Fernando de Azevedo escreve a Pedro Calmon notificando que recebera de Octalles Marcondes Ferreira, ninguém menos que o diretor da Companhia Editora Nacional, a informação de que chegara “mais um livro de Pedro Calmon, para a *Brasiliana*. ‘O Espírito da Sociedade Colonial’”. Azevedo ainda informa que já havia providenciado a inclusão do

---

(Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

<sup>90</sup> Carta de Pedro Calmon a Afonso de Taunay, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1936, Arquivo Público do Museu Paulista/Fundo Museu Paulista. In: ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira**. Op. Cit. p. 215.

<sup>91</sup> EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes. Op. Cit. p. 127.

<sup>92</sup> Sobre a entrada de Calmon para o Museu Histórico Nacional, ver Capítulo 1 deste trabalho. BARROSO, Gustavo. **Discurso de Recepção ao Acadêmico Pedro Calmon**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=6818&sid=213> (Acesso em 18 ago 2013)

<sup>93</sup> REIS, José Carlos. Civilização brasileira e otimismo ultraconservador (ingênuo). Op. Cit. p. 41.

<sup>94</sup> BARROSO, Gustavo. Discurso de Recepção ao Acadêmico Pedro Calmon. Op. Cit.

volume na Brasiliana, e na lista dos livros para serem apreciados rapidamente.<sup>95</sup> Demonstrando grande entusiasmo em relação aos originais de Calmon, Azevedo escreve novamente no dia quatro de dezembro do mesmo ano, informando de que já havia providenciado a pronta publicação do livro. Falara ainda a Octalles sobre a publicação da segunda edição de **História da Civilização Brasileira** para ser lançada após o período de férias.<sup>96</sup>

Pedro Calmon afirma em suas **Memórias** que a **História da Civilização Brasileira** seria um esboço preliminar a ser “completado em 1935 pela História Social do Brasil. (1.º volume)”.<sup>97</sup> Apesar de o autor pretender afirmar o caráter ampliatório de sua obra, não existe nenhum indício nas cartas enviadas por Fernando Azevedo em 1934 de que o livro a ser publicado no ano seguinte fosse integrar uma série particular dentro da Brasiliana. Apenas dois anos depois de sua publicação **O Espírito da Sociedade Colonial** foi relançado em segunda edição, como o primeiro tomo da série **História Social do Brasil**, seguido de **Espírito da Sociedade Imperial** (1937) e **A época Republicana** (1939).

A segunda edição do livro e o segundo volume **Espírito da Sociedade Imperial** trazem ambos em sua folha de rosto, abaixo do nome de Calmon, a inscrição “Da Academia Brasileira”. Podemos perceber que o título de “imortal” era caro a Calmon, pois ele o utilizará abaixo de seu nome em todos os livros publicados posteriormente. O estatuto da imortalidade, conferido pela Academia indica que todos os membros da associação teriam seu nome e obra glorificados e projetados para as gerações posteriores.<sup>98</sup>

Em carta enviada a Calmon por um primo que se identifica apenas como Frank, podemos perceber que o “imortal” enviava suas cartas em papel timbrado da “Academia Brasileira” com a inscrição “Ad Imortalitatem”. Mesmo a carta sendo datada do ano de 1950, portanto, quase 15 anos depois da eleição de Calmon para a ABL, o título ainda é motivo de orgulho e admiração por parte de Frank, que é enfático em parabenizar o primo: “Que mais belo título se pode desejar? Tôdos desaparecem diante dêste.”<sup>99</sup>

---

<sup>95</sup> Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon, Série F, Caixa 2, Código: 1934.04.26. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

<sup>96</sup> Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon, Série F, Caixa 34, Código: 1934.12.04. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

<sup>97</sup> CALMON, Pedro. **Memórias**. Op. Cit. p. 191.

<sup>98</sup> EL FAR, Alessandra. **A presença dos ausentes**. Op. Cit. p. 120.

<sup>99</sup> Carta de Frank [?] a Pedro Calmon, Série F, Caixa 40, Código do documento: 1950.07.30. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

Voltando ao discurso por ocasião da entrada de Pedro Calmon na Academia Brasileira de Letras, Gustavo Barroso cita o livro **Espírito da Sociedade Colonial**, que segundo ele “se tornou livro obrigatório na estante de qualquer brasileiro”, pois mostraria “o panorama não só da vida, mas das almas, dos nossos avós”.<sup>100</sup> Assim, Barroso eleva o último livro publicado de Pedro Calmon, antes de sua entrada na ABL ao patamar de clássico, uma obra que deveria ser lida para se conhecer o Brasil.

O **Espírito da Sociedade Colonial** foi escrito quando Calmon fazia parte dos quadros do Museu Histórico Nacional. Em suas **Memórias** o autor afirma que percebeu que a escrita de sua História Social carecia de um elemento: Minas Gerais. Essa percepção teria ocorrido em uma viagem feita a convite do ministro de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde. Capanema precisava de alguém que o representasse em uma recepção a ser feita no estado e Calmon aproveitou a viagem para visitar as cidades antigas de Minas, sobretudo, Ouro Preto.<sup>101</sup>

Coincidência ou não, Gustavo Barroso apresentou em 1935 a Capanema um plano de restaurações que previa a conservação e restauração de monumentos em Ouro Preto, incluindo duas igrejas, alguns chafarizes e pontes da cidade.<sup>102</sup> Mas por que Ouro Preto? A cidade havia recebido o título de Monumento Nacional, por meio do Decreto Federal 22.928, de 12 de julho de 1933. A Inspeção de Museus Nacionais fazia parte de um projeto maior do Museu Histórico Nacional que objetivava produzir e difundir discursos oficiais relativos ao passado. Nesse sentido, a cidade de Ouro Preto é concebida por Gustavo Barroso, diretor do museu e criador do projeto da Inspeção, como o “berço da nação”.<sup>103</sup>

Para Barroso, a cidade deveria ser preservada como relíquia autêntica que conservaria intocadas a história e a tradição nacionais. Seu plano de restauração de monumentos históricos buscava preservá-los de forma a fazer o passado reviver por meio dessas construções. A sensibilidade antiquária de Barroso envolvia o desejo de preservar cada vestígio do passado que julgava estar presente em Ouro Preto, de modo a

---

<sup>100</sup> BARROSO, Gustavo. **Discurso de Recepção ao Acadêmico Pedro Calmon**. Op. Cit.

<sup>101</sup> CALMON, Pedro. **Memórias**. Op. Cit. p. 199.

<sup>102</sup> OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003. p. 97.

<sup>103</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias...** Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934 – 1937). Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. p. 89.

sacralizar o lugar. A cidade histórica mineira deveria ser preservada de modo a provocar em quem a visitasse uma experiência sensorial com o passado que a cidade evocava.<sup>104</sup>

Percebemos essa tendência na obra **Espírito da Sociedade Colonial**. Calmon, ao estudar o passado colonial, aproximou-se da perspectiva histórico-antropológica de Gilberto Freyre. Ele buscava recompor costumes, hábitos e traços do cotidiano colonial.<sup>105</sup> Para isso, se utilizava de um estilo literário, repleto de figuras de linguagens como metáforas e hipérboles, que já havia aplicado em **História da Civilização Brasileira**.<sup>106</sup>

Na **História Social do Brasil** a fórmula é maximizada com o objetivo de “ressuscitar o passado”, torná-lo vivo por meio de sua escrita. Este estilo era elogiado pelos críticos de sua época e juntamente com sua rede de relações o referendou a entrar, apesar de sua juventude, na Academia Brasileira de Letras, sendo reconhecido como um “homem de letras” que se dedicava à escrita da História e não somente à literatura.

O volume **Espírito da Sociedade Colonial** é finalizado com uma parte intitulada “O Espírito”, na qual o autor descreve de maneira excessivamente literária as suas impressões da viagem feita às cidades de Minas. Calmon afirma ainda, nessa parte de seu volume abandonar “a contribuição arquivística e livresca, para lêr a escrita de pedra dos monumentos religiosos de Minas Gerais.”<sup>107</sup>

Em suas **Memórias**, o autor diz buscar também no ensino promover a sua concepção de que o passado deveria ser revivido, ressuscitado. O autor dedica todo um capítulo para contar a sua breve experiência como professor da cadeira de História da Civilização Brasileira, ocorrida na “Universidade de Anísio Teixeira”. A Universidade do Distrito Federal (UDF) foi fundada na cidade do Rio de Janeiro durante a administração de Pedro Ernesto, prefeito do Distrito Federal e subsistiu entre os anos 1935 e 1939.

Pedro Ernesto havia escolhido Anísio Teixeira, educador baiano entusiasta das ideias do movimento da Escola Nova, para dirigir a Diretoria Geral de Instrução. Anísio era defensor de um sistema de ensino que fosse público, gratuito, obrigatório e leigo, independente de credos religiosos. Empossado no cargo, trabalhou no sentido de dotar a cidade de uma rede de escolas que abrangesse os níveis primário e secundário.

---

<sup>104</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias...** Op. Cit. p. 89.

<sup>105</sup> REIS, José Carlos. **Civilização brasileira e otimismo ultraconservador** (ingênuo). Op. Cit. p. 36.

<sup>106</sup> WEHLING, Arno. Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na historiografia brasileira. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 164 (420): 87-91, jul./set. 2003. p. 91.

<sup>107</sup> CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 8.

Para que seu projeto de modernização do ensino se concretizasse, fazia-se necessário formar professores capacitados para atuar na educação básica. Com esse intento, foi criada em quatro de abril de 1935 a Universidade do Distrito Federal (UDF). Não foram construídas novas instalações que pudessem abrigar o empreendimento. Seus institutos e escolas funcionaram dispersos por diferentes prédios públicos. Não existia um *campus* centralizado.<sup>108</sup>

Apesar da falta de recursos materiais, os estudos sobre essa breve experiência universitária são unânimes em apontar sua originalidade e o caráter inovador de seus cursos. A Universidade, além de formar professores iniciados no campo das pesquisas científicas, que pudessem difundir as aquisições da ciência no ensino regular, buscava formar “quadros intelectuais” para o país, projeto bem ambicioso para a época.<sup>109</sup>

Pelos estatutos da nova universidade, o curso de História inseria-se na Escola de Direito e Economia, junto com os cursos de Ciências Jurídicas, Ciências Econômicas, Ciências Sociais e Ciências Políticas, o que demonstra haver uma preocupação de promover um diálogo entre a História e as outras ciências. No que diz respeito aos currículos, Ferreira aponta que existia uma preocupação maior com as disciplinas de História Universal e uma menor carga horária destinada ao estudo de História do Brasil, que nos programas recebeu a denominação de “História da Civilização no Brasil”.

Calmon afirma que ficou feliz com o convite de Anísio Teixeira, pois no seu entender a disciplina era “sua”, uma vez que consolidava sua iniciativa de inseri-la e ministrá-la no curso de Museus do Museu Histórico Nacional, em 1932. Em seu estudo a respeito do curso de História da UDF, Ferreira mostra que a História pautada no estudo da civilização foi orientação predominante na montagem da grade curricular dos cursos da Universidade.<sup>110</sup> Essa perspectiva pressupunha a existência de uma civilização una e no singular e que o Brasil começara a fazer parte dela somente a partir da chegada dos portugueses. Por isso, a ênfase deveria recair sobre as disciplinas ligadas à história universal.

Por outro lado, a concepção implicava uma crítica ao tipo de História que se escrevia e ensinava. Uma história voltada para o privilégio das datas, dos eventos políticos e dos grandes personagens. Por esse motivo, Calmon buscava escrever e ensinar uma história social que constituísse um panorama do passado. Seu intento,

---

<sup>108</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**. Op. Cit. p. 22.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 22-23.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 29.

como professor da UDF era, em suas palavras “reestruturar a história didática, fazendo-a ‘social’ e atraente”. Em suas **Memórias**, Calmon dedica-se a descrever com mais detalhes a sua experiência de professor da UDF, apesar do breve período em que lecionou na Universidade:

Divertia-me, esboçando no quadro-negro, em fortes traços de giz, casas, engenhos de açúcar, vestiário e utensílios, armas, insígnias, coisas – que, melhor do que as datas, tornavam o passado contingente e vivo. Sentia-me na obrigação de ressuscitá-lo (em vez de enumerá-lo) em recortes nervosos de um ‘presente’ sucessivamente transformado. Interessava-me a economia, fugia à memória, recorria aos tipos (tipo de trabalho, tipo de vida, tipo de pensamento, tipo de governo), convencido de que era preferível ensinar como eram, do que como se chamavam, os antepassados.<sup>111</sup>

Em sua concepção, o corpo docente constituía uma “congregação de inovadores”. De fato, entre os professores da Universidade figuravam nomes como Gilberto Freyre, Cândido Portinari, Lúcio Costa e Cecília Meirelles. Interessa-nos, entretanto, observar como Pedro Calmon representa o fato de ter pertencido a essa experiência inovadora, se colocando ele mesmo como inovador e como “pai” da cadeira de “História da Civilização no Brasil”, mesmo tendo permanecido por pouco tempo no cargo.

Durante a sua curta existência, a UDF enfrentou diversas crises. A primeira delas, no final do ano de 1935, quando por ocasião da Revolta Comunista, Anísio Teixeira foi demitido do cargo e o reitor, Afrânio Peixoto e vários professores foram afastados da instituição. Não sabemos se Pedro Calmon foi removido do cargo ou abandonou voluntariamente a Universidade por conta dos compromissos decorrentes de seu mandato de Deputado Estadual para o qual fora eleito no mesmo ano. O que ele conta em suas **Memórias** é que a UDF foi fechada com a chamada “crise de novembro” de 1935. Entretanto, a Universidade continuou a existir e a cadeira de História da Civilização no Brasil, após a saída de Calmon, foi entregue a Afonso Arinos de Melo Franco.

A experiência da UDF talvez tenha acabado para Pedro Calmon naquele momento, mas a instituição permaneceu, mesmo enfrentando a oposição do grupo católico, que tinha em Alceu de Amoroso Lima o seu maior expoente. Em julho de 1935, Alceu enviara uma carta ao ministro da Educação Gustavo Capanema reafirmando a posição dos católicos em relação à educação e cobrando uma posição

---

<sup>111</sup> CALMON, Pedro. **Memórias**. Op. Cit. p. 213.

mais enérgica na repressão ao comunismo. Na carta, Alceu acusava Anísio Teixeira de ser socialista e afirmava que o ministro deveria entregar os cargos de responsabilidade na educação a homens de maior confiança.<sup>112</sup>

O plano de reestruturação do ensino público municipal, bem como a criação da UDF contrariava os interesses da Igreja Católica, que administrava diversos colégios religiosos na cidade do Rio de Janeiro. Veremos adiante com mais detalhes esse projeto católico. Por ora, nos interessa registrar que a UDF era contrária aos planos do Estado Novo, instalado em 1937, de instituir uma universidade no Rio de Janeiro, regida pelo governo federal e que pudesse servir de referência para a organização de cursos universitários nos demais estados brasileiros.

Por esse motivo, em 1939 a UDF foi fechada e seus estabelecimentos de ensino foram transferidos para a recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), da Universidade do Brasil. A seguir, falaremos mais detidamente sobre a FNFfi e mais especificamente sobre a cadeira de História do Brasil, que ficou a cargo de Hélio Vianna por mais de três décadas.

A entrada de Pedro Calmon para a ABL foi um investimento considerável no estabelecimento de uma rede de relações, na medida em que a instituição era uma das mais tradicionais do campo intelectual brasileiro. Podemos perceber que tal pertencimento teve um significado importante na trajetória intelectual do autor, que passou, a partir de sua entrada na ABL a ostentar com orgulho o título e “imortal”.

Mesmo se dedicando a ingressar em tradicionais instituições como o IHGB e a ABL, Pedro Calmon mostra-se inclinado a se representar *a posteriori* como precursor de uma forma inovadora de escrever e ensinar história do Brasil. Uma condição não exclui a outra, entretanto, em virtude de seu pertencimento a tais instituições, o nome de Calmon foi associado a uma forma tradicional e conservadora de escrever história. Em sua época, não era dessa forma que o autor se julgava.

Como parte da empreitada de constituição de uma nova maneira de se pensar a história do Brasil o autor publica a série **História Social do Brasil**, cujos três volumes integravam a coleção Brasileira da Biblioteca Nacional. Seu intuito era difundir por meio de sua escrita uma história que buscava ressuscitar o passado e não apenas enumerar fatos e datas. Mais adiante, veremos em que medida Calmon alcança esse objetivo.

---

<sup>112</sup> Arquivo Gustavo Capanema, Cpdoc/FGV, série B, doc. 16. Apud FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**. Op. Cit. p. 32.

## 2.2 A cadeira de História do Brasil da FNFi e os “Estudos” de Hélio Vianna

Hélio Vianna era, desde 1932, membro da Sociedade Capistrano de Abreu, instituição criada em 1927, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de preservar e divulgar a memória de seu patrono.<sup>113</sup> A Sociedade Capistrano de Abreu possuía uma organização análoga a do IHGB. Sua feição agregadora se caracterizava não apenas pelas trocas intelectuais, mas por uma conformidade fundamentada na amizade e na veneração a Capistrano de Abreu.<sup>114</sup>

Em seus primeiros anos a Sociedade visava apenas reunir os amigos que se intitulavam “discípulos” de Capistrano de Abreu e objetivava celebrar a sua figura e continuar o seu trabalho. Os membros buscavam aparentemente abrir mão dos protocolos e da hierarquia que marcavam as tradicionais instituições consolidadas no cenário intelectual brasileiro: o IHGB e a ABL.

Em 1936, a Sociedade aprovou um voto de louvor a Hélio Vianna pela divulgação que fizera na imprensa e no rádio às obras publicadas pela Sociedade Capistrano de Abreu. Em 1942, foi concedido um “voto de agradecimento” a Vianna pelas notas bibliográficas publicadas na Revista de Estudos Brasileiros e na Revista Cultura Política.<sup>115</sup>

Paralelamente ao seu engajamento na Sociedade Capistrano de Abreu, Hélio Vianna lecionava em tradicionais colégios católicos como o Jacobina e o Notre Dame de Sion.<sup>116</sup> Existem indícios de que Hélio Vianna fosse ligado ao grupo católico reunido em torno do Centro Dom Vital. A organização, criada em 1922, buscava congregar os católicos leigos em prol da “salvação nacional”. Identificando a nacionalidade brasileira com os princípios da religião católica, a entidade defendia a doutrina cristã como único escudo contra o pluralismo político, que se não fosse combatido, impediria o reestabelecimento da ordem e da unidade no país.<sup>117</sup>

---

<sup>113</sup> Sobre a Sociedade Capistrano de Abreu ver: SILVA, Ítala Byanca M. da. **Les morts vont vite: a Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

<sup>114</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 177.

<sup>116</sup> Pasta Curriculum Vitae. Doc. 1. DL 1336.014. Fundo Hélio Vianna. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>117</sup> SALEM, Tania. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.) **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**, Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, pp.97-134. Disponível em: [http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/tania.htm#\\_Toc527522831](http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/tania.htm#_Toc527522831) (Acesso em 20 set 2013).

O diretor do Centro Dom Vital na época era Alceu de Amoroso Lima, intelectual que substituiu o fundador Jackson de Figueiredo buscando uma maior aproximação com o estado varguista como estratégia para impor o seu projeto e intervir nos rumos da política nacional. Uma conjugação de fatores para além do movimento permitiu que o impulso católico de consolidar suas propostas de forma mais efetiva se concretizasse, sobretudo no que diz respeito à educação.<sup>118</sup>

O primeiro ministro da Educação e Saúde Pública do governo Vargas, Francisco Campos, já vinha tentando uma aproximação mais efetiva entre o Estado e a Igreja no campo educacional. Essa tentativa tivera como primeira manifestação um decreto de abril de 1931, que instituiu o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. A escolha de Gustavo Capanema como ministro da Educação e Saúde Pública, em substituição a Washington Pires, que assumira o cargo por pouco tempo após a saída de Francisco Campos, talvez tenha sido parte de um acordo geral que se estabeleceu entre o governo de Vargas e a Igreja. Capanema era um “homem de confiança” da Igreja e responsável por concretizar o seu plano educacional e pedagógico. É visível a influência de Alceu de Amoroso Lima em sua indicação.<sup>119</sup>

Ocupante do ministério por 11 anos, Capanema teve em Alceu um conselheiro ativo que propunha nomes e projetos, bem como censurava outros. Com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia não foi diferente. Nenhuma nomeação para professores da instituição deixou de passar pelo seu crivo. Capanema atribuía grande importância à consolidação de um projeto universitário, pois almejava, por meio dele, preparar as elites que conduziriam a nação. Tratava-se de formar corpos técnicos capacitados para tomar as rédeas nacionais nas pesquisas, nas fábricas, no comércio, na indústria, nas escolas e universidades, no campo, nos cargos de governo, em suma, em todos os setores de atividade.<sup>120</sup>

Se antes de 1930, a formação de profissionais em nível superior estava restrita às tradicionais áreas de Direito, Medicina e Engenharia fazia-se então necessário formar profissionais especificamente capacitados para atuar em outras áreas. Era imperioso

---

<sup>118</sup> SALEM, Tania. **Do Centro D. Vital à Universidade Católica**. Op. Cit.

<sup>119</sup> SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984 - 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000. Capítulo 2. Disponível em: [http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit1.htm#\\_1\\_5](http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit1.htm#_1_5) (Acesso em 12 nov 2013)

<sup>120</sup> SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Op. Cit. Capítulo 7.

formar professores habilitados em suas disciplinas para lecionar nos ensinos primário e secundário. Não se podia mais admitir a figura do professor autodidata e generalista.

Nesse contexto, foram criados os primeiros cursos universitários com vistas a formar professores de História. A formação em História na FNFi foi idealizada em associação à formação em Geografia, como também era feito na Universidade de São Paulo, criada em 1934.<sup>121</sup> Diferentemente da experiência da UDF, o curso da FNFi não pretendia formar profissionais capacitados para a pesquisa. Era almejada exclusivamente a formação de professores secundários.

Foram recrutados para a FNFi conceituados professores franceses, que influenciaram a organização do curso de História e Geografia da Universidade. Segundo Ferreira, existia uma diferença significativa desses professores em relação aos que tinham vindo para a UDF. A maior parte dos membros da “missão francesa” da FNFi era ligada à Igreja Católica e partilhava de uma concepção de História consagrada ao estudo dos “grandes homens”.<sup>122</sup>

Quanto às disciplinas do curso de História e Geografia da FNFi, podemos perceber uma mudança em sua nomenclatura: “História da Civilização no Brasil” foi substituída por “História do Brasil”. Assim, a crítica que a denominação anterior manifestava a condenação um tipo de História voltada para a exaltação de eventos, à memorização de datas e o culto aos “grandes personagens” perdeu o sentido. Paralelamente, contrariando a orientação que prevalecia na UDF de privilegiar a história universal, a carga horária destinada ao estudo da história do Brasil aumentou consideravelmente na FNFi.

A indicação de Hélio Vianna para ser catedrático interino da cadeira de História da América em 1939 foi feita por Alceu de Amoroso Lima.<sup>123</sup> Não se sabe por que motivo ele acabou ficando com a cadeira de História do Brasil. Vianna não era um nome de expressão no meio intelectual e até então havia publicado apenas o livro **Formação Brasileira** (1935). Sua produção mais expressiva era formada por artigos veiculados em periódicos, sobretudo, a revista “A Ordem”, ligada à intelectualidade

---

<sup>121</sup> Sobre a criação do curso de História e Geografia da USP ver ROIZ, Diogo da Silva. **A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, 2004.

<sup>122</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**. Op. Cit. p. 38.

<sup>123</sup> O currículo de Vianna foi enviado por Alceu a Capanema. Cf. Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV – GC g 1936.01.18 Apud FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**. Op. Cit. p. 140.

católica e ao Centro Dom Vital e textos irradiados no programa “Hora do Brasil” do Departamento Nacional de Propaganda.<sup>124</sup>

Hélio Vianna exercia um controle estrito sobre o ensino de História do Brasil na FNFi. Em seu estudo sobre o curso de História e Geografia da FNFi, Marieta de Moraes Ferreira afirma a inclinação de Vianna a conferir importância excessiva a fatos e datas ligados a um enfoque político, de forma que seus cursos eram monótonos e não continham nada de inovador em sua forma e conteúdo. A autora mostra que diferentemente do projeto da UDF, na FNFi predominava a ideia de que a formação de professores não pressupunha a prática da pesquisa.

A História do Brasil que deveria ser ensinada aos alunos secundários, entretanto, era a História Pátria. Ao tratar da missão política e intelectual que o IHGB se infundia em seu centenário, comemorado em meio ao Estado Novo, no ano de 1938, Fábio Franzini aponta que se fazia necessário prover o país de um passado glorioso que serviria de referência para a constituição da identidade nacional. Um passado que garantisse a continuidade e a homogeneidade do território nacional ao longo do tempo, a despeito das mudanças que ele possa ter sofrido.<sup>125</sup> Buscava-se arquitetar uma história do Brasil que funcionasse como uma “memória da nação”, no sentido de selecionar e encadear acontecimentos e personagens, tornando-os relevantes na medida em que se lhes conferia uma lógica, um sentido. Dessa forma, as lacunas e as incertezas que pudessem surgir na fundação dessa memória eram ocultadas ou ignoradas.<sup>126</sup> Essa história do Brasil constituída como a memória da nação foi amplamente difundida no ensino secundário.

Ferreira aponta assim, no que diz respeito à História do Brasil ensinada na FNFi o predomínio de uma orientação que privilegiava a constituição de uma identidade nacional norteada pelo fortalecimento do Estado e por princípios conservadores e católicos. Percebemos uma identificação entre a perspectiva de Hélio Vianna e concepção predominante no IHGB.

Mesmo já sendo professor da FNFi, Hélio Vianna só consegue entrar para os quadros da centenária instituição em 1944, embora já contribuísse anteriormente escrevendo críticas de livros nas páginas de sua revista. O seu posto de catedrático na FNFi influenciou na eleição para sócio efetivo do IHGB, uma vez que o autor não

---

<sup>124</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>125</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A República, a história, o IHGB**. Op. Cit. p. 86-87 e FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras**. Op. Cit. p. 20.

<sup>126</sup> FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras**. Op. Cit. p. 20.

possuía uma lista de publicações expressiva. A sua escolha como sócio se justifica nas páginas da Revista do Instituto pelo fato de Vianna ser “um jovem brilhante historiador que alia, aos esforços de suas investigações, a autoridade de catedrático de História em instituto oficial de ensino superior”.<sup>127</sup>

Por suas críticas favoráveis, Vianna foi louvado pela Sociedade Capistrano de Abreu, conseguindo um prestígio no interior da instituição. Prestígio que não possuía no IHGB, pois, como apontado, mesmo escrevendo para críticas bibliográficas para a sua revista, o autor só conseguiu ser aceito nos quadros da “Casa da memória nacional” no ano de 1944.

Além de seu posto de catedrático em instituto oficial de ensino superior, Hélio Vianna também escrevia para uma publicação oficial. Seu nome está entre os colaboradores mais assíduos da seção “História” da revista Cultura Política, publicação que circulou entre os anos de 1941 e 1945, que tinha por objetivo fazer propaganda do governo varguista. A criação da revista fazia parte de uma série de ações do Estado Novo na área da política cultural. Ângela de Castro Gomes aponta que o elenco de colaboradores da seção era formado em sua maioria por professores e funcionários do aparelho do Estado, como Vianna.<sup>128</sup>

A partir da reunião de algumas conferências e textos publicados em jornais e revistas especializados e de grande circulação, principalmente, na Revista Cultura Política, Hélio Vianna publicou pela Coleção Brasileira **Estudos de História Colonial** (1948) e **Estudos de História Imperial** (1950).<sup>129</sup> O autor já possuía uma ligação anterior com a Companhia Editora Nacional, pois havia publicado por ela dois livros didáticos: **História do Brasil Colonial**, em 1945 e **História do Brasil** voltada para a 3ª série colegial, no ano seguinte. Ao que tudo indica, os livros tiveram boa vendagem, pois o primeiro contou com duas edições e o segundo com quatro edições.<sup>130</sup>

Em seu arquivo encontramos algumas cartas do autor endereçadas à Companhia Editora Nacional, entretanto, nenhuma delas sobre as publicações acima referidas. O que podemos perceber dessa correspondência é que Hélio Vianna informa ao

---

<sup>127</sup> Novos sócios. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 186, Janeiro-Março, 1945, p. 237.

<sup>128</sup> Sobre a participação de Hélio Vianna na revista Cultura Política Cf. GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 187.

<sup>129</sup> Dos 14 textos selecionados para a publicação de **Estudos de História Colonial**, quatro haviam sido publicados anteriormente na Revista Cultura Política e dos 16 textos selecionados para a publicação de **Estudos de História Colonial**, também quatro haviam sido publicado na mesma revista.

<sup>130</sup> Ver Acervo da Companhia Editora Nacional. Disponível em: <http://www.ednacional-acervo.com.br> (Acesso em 01 nov 2013)

Departamento Editorial e ao Departamento de Produção da editora sobre notas escritas na Revista do IHGB e em outros veículos de comunicação em que colaborava, sobre publicações da “casa” voltadas para a História do Brasil. As cartas são dos anos de 1946 e 1947.<sup>131</sup> Vianna, por meio de seus comentários favoráveis aos livros da Nacional preparava o terreno para a publicação de **Estudos de História Colonial** (1948) e **Estudos de História Imperial** (1950), cultivando um bom relacionamento com os quadros da editora.

Não tivemos acesso às respostas a essas correspondências, mas podemos concluir que a divulgação dos livros feita por Hélio Vianna era importante para a editora, pois o autor agradece nessas cartas o recebimento de livros e afirma que os comentará em ocasião oportuna nas revistas em que contribuía. O cargo de Vianna o tornava afiançado para fazer crítica de livros que abordavam a História do Brasil, sua área de especialidade.

Como podemos ver suas publicações não eram fruto de estudos inéditos, mas da compilação de textos publicados anteriormente em periódicos. Vianna fez das páginas da revista Cultura Política e de outras revistas às quais tinha acesso, importantes veículos de sua produção intelectual. Podemos perceber uma associação de seus ideais com os interesses do regime varguista e da Igreja Católica. Sua rede de relações rendeu-lhe o posto de professor de História do Brasil na FNFfi da Universidade do Brasil, mesmo sendo jovem e não possuindo uma produção expressiva na área da história do Brasil.

O autor aparece como um divulgador aos olhos da Companhia Editora Nacional, um nome reconhecido por seu posto à frente da cadeira de História do Brasil que era habilitado para comentar e promover os livros da editora. Talvez, por seu prestígio alcançado como divulgador, Vianna consegue publicar dois livros pela coleção Brasileira da editora. Seus livros não foram tão bem sucedidos como os de Pedro Calmon, pois não alcançaram nem uma segunda edição.<sup>132</sup>

### **2.3 Ideias e ideais na “História Social” e nos “Estudos” acerca da História do Brasil**

---

<sup>131</sup> Pasta Companhia Editora Nacional. DL 1343.016. Fundo Hélio Vianna – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>132</sup> Consulta efetuada em Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional. Disponível em: <http://www.ednacional-acervo.com.br> (Acesso em 01 nov 2013)

Vejam os mais detidamente os livros que pertencem a uma “segunda fase” da produção dos autores. Pedro Calmon tinha se consolidado como um autor vendável pelo sucesso editorial de seu primeiro livro publicado pela coleção Brasileira – **História da Civilização Brasileira**, que abriu caminho para a publicação de uma obra de maior fôlego, a **História Social do Brasil** – e Hélio Vianna contava com sua experiência de mais de dez anos à frente da cátedra de História do Brasil, da FNF da Universidade do Brasil.

Ao lançar os livros que integravam a série **História Social do Brasil**, Pedro Calmon buscava estudar “os principais aspectos da formação nacional”. Seu objetivo era buscar no período colonial “as origens do Brasil”. Essas origens são descritas, segundo ele, com a “preocupação da verdade, a crítica das fontes, a avaliação e a comparação dos fatos, a curiosidade dos movimentos e a explicação das forças”. Seu intento era elucidar de que forma, nos três primeiros séculos da história do Brasil, “a evolução social entre nós adquiriu as definitivas características”, elaborando, segundo ele, um tipo inconfundível “de povo, de nação”.<sup>133</sup>

Em **Espírito da Sociedade Colonial** (1937), Calmon busca mostrar que desde os primórdios da colonização a ideia de uma América Portuguesa unida e homogênea tomara conta do “espírito” do colono. “Brasil era toda a América submetida ao seu rei.”. Prova disso seria o fato dos indígenas ao longo de toda a costa falar uma “língua geral”, apesar de todos os obstáculos naturais, das diferenças climáticas e da difícil intercomunicação marítima.<sup>134</sup>

Calmon atribui aos portugueses a fundação de uma grande sociedade agrícola. Segundo o autor, a administração portuguesa não criou o Brasil, não lhe dirigiu a colonização, mas limitou-se a regulá-la, deixando que a iniciativa popular suprisse-lhe as carências e fomentasse o povoamento. Assim, o colono brasileiro e não o colonizador português foi responsável pela criação de tipos originais de economia e sociedade.

Na última parte do livro, Calmon descreve suas impressões de viagem às cidades mineiras, principalmente Ouro Preto. Para que o livro recuperasse o “espírito” da sociedade colonial que era almejado no título, fazia-se necessário descrever a paisagem de “Vila Rica” e reconstituir as presenças de Aleijadinho e Tomás Antônio Gonzaga. O autor busca desvendar a arquitetura dos monumentos em suas vertentes barroca e

---

<sup>133</sup> CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 7.

<sup>134</sup> Ibidem, p. 18.

oriental e a arte envolvida na composição dos mesmos e por fim, evocar a natureza, para recordar que o clima e a floresta foram vencidos pelo homem naquele pedaço de civilização colonial protegida entre as montanhas.

Sua concepção de conservação se aproxima bastante daquela defendida por Gustavo Barroso, no que diz respeito à cidade de Ouro Preto. Para Calmon a cidade também deveria ser sacralizada, preservada de modo que conservasse o espírito característico da sociedade colonial que ali se desenvolvera. Ouro Preto possibilitaria uma experiência sensorial com o passado. Era capaz de fazê-lo ressurgir, de ressuscitá-lo.

No primeiro texto da coletânea **Estudos de História Colonial** (1948), Hélio Vianna explicita as diferenças entre as colonizações espanhola, inglesa e portuguesa nas Américas. Segundo o autor, a unidade territorial teria sido constituída não a partir de uma tendência pré-existente, mas resultou das particularidades da colonização portuguesa. Apesar das “dificuldades inumeráveis” enfrentadas, o sistema colonial implantado por Portugal, conseguiu constituir uma nacionalidade “material e espiritualmente preparada para a incorporação à civilização ocidental”.<sup>135</sup>

Hélio Vianna em seu texto “Brasil Social (1500-164-)” segue a história da criação das capitanias hereditárias, de seus donatários e do Governo Geral como empreendimentos da colonização e povoamento do território. O autor afirma que “a formação social brasileira, ocorrida naquele período, caracterizou-se pela solidariedade de todos os seus agentes”, sem explicitar de forma mais detida que agentes seriam esses. Vianna pouco menciona a miscigenação, afirmando apenas que o crescimento do número de mamelucos (mestiços de portugueses com indígenas) foi um fato de “tão notáveis consequências para a vida social e para a dilatação territorial do país, como é sabido.”<sup>136</sup>

Em decorrência da repulsa do indígena ao trabalho forçado, verificou-se a necessidade de recorrer ao braço escravo de procedência africana. Os efeitos da introdução do elemento africano “também não tardam a se fazer sentir, pela copiosa miscigenação que prontamente proporcionou”. Vianna reconhece a importância do mestiço tanto do branco com o indígena, quanto do branco com o negro para a formação social brasileira, entretanto, diferentemente de Calmon, não elege a formação do povo

---

<sup>135</sup> VIANNA, Hélio. **Estudos de História Colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. (Brasiliana, vol. 261) p. 14.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 89.

como fator primordial de entendimento de sua interpretação da história do Brasil, manifesta apenas nas ações dos “grandes vultos” do período.<sup>137</sup>

Pedro Calmon, por outro lado, retomando uma tendência já expressa em **História da Civilização Brasileira** busca elucidar a formação do “tipo” brasileiro, afirmando que “nenhum outro povo tão ligeiro marchou para a estabilização de um tipo procedente dos mais opostos fatores”. A formação desse povo se deu pela mestiçagem, pelo “caldeamento” entre as raças. O brasileiro diferenciava-se do português pela mestiçagem e pela influência do meio tropical em sua constituição, que, segundo ele, tinha o poder de promover a convivência pacífica, na medida em que “amaciava todas as arestas”.<sup>138</sup>

Calmon adentra o campo dos estudos antropológicos para confrontar as visões pessimistas acerca do desenvolvimento do país, uma vez que sua população era constituída de grande número de mestiços. Aponta como “surpresa antropológica”, embora não cite a fonte, a descoberta da “braquicefalia” do “crioulo” brasileiro, em oposição à dolicocefalia encontrada nos negros africanos.<sup>139</sup> Busca assim, refutar o argumento de correntes deterministas que estabeleciam a inferioridade do brasileiro em virtude de sua herança africana. Afirma que o povo brasileiro seria possuidor de características instáveis, uma vez que fora “constantemente modificado pelas sucessivas mestiçagens”.<sup>140</sup>

O intento de Pedro Calmon era empreender um “ensaio de sociologia histórica” a fim de mostrar uma história colonial sem conflitos. O objetivo de seu **Espírito da Sociedade Colonial** era mostrar de que forma na história brasileira a “homogeneização social” se processou de forma rápida e completa. O autor relata o surgimento no período colonial de uma identidade nacional brasileira uniforme, fundamentada na harmonia social e antropológica.<sup>141</sup>

Hélio Vianna, por outro lado, mostra o intento de destacar “fatos e personalidades” que julga relevantes para o entendimento dos períodos colonial e

---

<sup>137</sup> VIANNA, Hélio. **Estudos de História Colonial**. Op. Cit. p. 88.

<sup>138</sup> CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. Op. Cit. p. 158.

<sup>139</sup> Nos estudos de Antropologia Física acreditava-se poder atribuir características às diferentes populações humanas a partir da aferição de índices de medição craniana. A partir dessas medições seria possível estabelecer uma classificação evolutiva na qual o crânio dolicocefalo atribuído às populações africanas seria característico de indivíduos inferiores e o crânio braquicéfalo, atribuído às populações europeias, seria característico de indivíduos superiores.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 190-191.

<sup>141</sup> CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. Op. Cit. p. 229.

monárquico no Brasil ao coletar e apresentar em seus livros transcrições de manuscritos públicos e particulares que julga serem úteis à interpretação do passado pelos leitores. Vianna enxerga-se assim mais como um compilador e um divulgador de textos e biografias, que um intérprete da nacionalidade brasileira, ao passo que não busca efetuar, como Calmon, uma síntese da história nacional.

A escrita de Vianna expressa uma tendência de privilegiar os aspectos político-administrativos que se manifestam nos feitos de “grandes homens”. Estes homens teriam se empenhado na constituição de um grande Estado, com vistas a constituir, por consequência, uma nação de grandes proporções. Em Hélio Vianna, o estado teria sido constituído primeiro pela Coroa Portuguesa e pelos órgãos de sua administração e a nação teria se criado como um prolongamento desse Estado.

Para Pedro Calmon, a nação teria se formado primeiro, a partir dos anseios dos colonos de expandir o território, povoá-lo e de criar nesse território uma civilização. A formação do estado, após a Independência política, só viria referendar “o timbre histórico da iniciativa e da força do colono”.<sup>142</sup> A principal vantagem do estabelecimento de um governo monárquico e imperial, a seu ver, fora a manutenção da integridade territorial.<sup>143</sup>

Entretanto, se o autor esmera-se em seu volume dedicado à história colonial em elucidar aspectos sociais, econômicos e culturais da nacionalidade brasileira, no volume dedicado à história imperial, três das quatro partes são dedicadas a temáticas políticas e administrativas relacionadas à ordem monárquica. Expressão dessa tendência é a introdução na obra de biografias e descrições dos reinados de D. Pedro I e II.

Ao tratar da temática da abolição, Calmon ressalta os desdobramentos políticos e econômicos do fato, não fazendo qualquer menção aos problemas sociais decorrentes do fim da escravidão. No Brasil, o negro estava tão assimilado e integrado à população, que a abolição se processou de forma natural, com flores (como as que foram atiradas das galerias do parlamento na sessão de aprovação final da Lei do Ventre Livre) e não com “rios de sangue”, como nos Estados Unidos.<sup>144</sup>

Hélio Vianna se limita a afirmar que os documentos a respeito do tráfico e da abolição ainda não tinham sido publicados em quantidade suficiente para que se tivesse um esclarecimento histórico mais detalhado acerca do fenômeno da escravidão no

---

<sup>142</sup> Ibidem, p. 291.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>144</sup> CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. Op. Cit. p. 347.

Brasil. Segundo o autor, faltava o conhecimento dos arquivos públicos e privados, o acesso às coleções de jornais e aos anais parlamentares. Vianna procura contribuir para sanar essa deficiência publicando dois documentos sobre o abolicionismo: o Manifesto-Programa do Clube dos Advogados Contra a Escravidão, elaborado por Tristão de Alencar Araripe, em 1884 e uma carta do conselheiro Antônio Prado ao Conselheiro João Alfredo, no capítulo intitulado “Preliminares da Abolição Imediata”.<sup>145</sup>

Ainda que não fosse possível cotejar os documentos que ofereceriam a possibilidade de “julgamentos senão definitivos, pelo menos mais aceitáveis e seguros que os até agora aparecidos”, o autor faz seu próprio julgamento do fenômeno do abolicionismo, afirmando ser uma “verdadeira demonstração de força do espírito nacional, que com êle amplamente exibiu sua perfeita madureza.”<sup>146</sup>

É significativo perceber que nenhum dos dois autores mostra-se preocupado com as implicações sociais da abolição e com a incorporação dos ex-escravos e de seus descendentes na vida nacional. Para Pedro Calmon essa incorporação não seria um problema, uma vez que havia se dado de forma harmoniosa e pacífica. Ao tratar do período imperial, o autor parece querer referendar a integração entre os elementos formadores da nacionalidade brasileira iniciada no período colonial, ao afirmar que “em nenhum outro país (...) a escravidão foi amena e integrativa como no Brasil, onde a assimilação das raças indígenas e africanas se realizou em proporções surpreendentes”.

147

Vianna se limita a considerar os aspectos políticos da abolição e ao tratar da miscigenação restringe-se a reconhecer a sua importância para a constituição da nacionalidade brasileira sem considerar de forma detida o tema. Sua interpretação evidencia a atenção que os intelectuais preocupados em compreender as “coisas brasileiras” deveriam ter com o fenômeno da mestiçagem, mesmo se essa atenção se reduzisse ao reconhecimento de sua existência, sem, contudo, promover uma reflexão mais detida sobre o assunto.

Ambos os autores, embora expressem em suas obras interpretações diferenciadas, preocupam-se em construir, a partir dessas visões, uma versão da identidade brasileira. Pedro Calmon e Hélio Vianna, como homens de seu tempo, buscaram constituir uma percepção de que a história do Brasil se desenvolveu rumo à

---

<sup>145</sup> VIANNA, Hélio. **Estudos de História Imperial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950. (Brasiliana, v. 269).

<sup>146</sup> Ibidem, p. 304.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 95.

construção de uma grande e homogênea nação. Empreendimentos como a coleção Brasileira serviram, assim, como instrumentos para o questionamento acerca da formação da nacionalidade e de difusão de uma consciência nacional.

Pedro Calmon tenta transformar o passado brasileiro, sobretudo, o passado colonial em algo a ser revivido e não analisado, questionado. Apesar de seu desejo de constituir uma história social, só consegue empreender uma história dos costumes, do cotidiano, no que concerne ao período colonial. Sua narrativa transparece uma aspiração de rememorar o passado ao invés de explica-lo se utilizando de instrumentos conceituais.

A Hélio Vianna, interessava reconstituir os fatos por meio da descoberta de novos documentos que servissem, sobretudo para a sua elucidação. Assim, Vianna se mostra mais como um divulgador de documentos e interpretações sobre o passado que propriamente um produtor. Um forte indício dessa condição é que a maior parte de sua produção editada sobre a história do Brasil é formada por livros didáticos.

## Capítulo 3 – Tradições historiográficas e a escrita de Histórias do Brasil

### 3.1 – Considerações sobre as memórias da historiografia nacional

Rebeca Gontijo, ao abordar a identidade do historiador, afirma que tal identidade se constrói em torno de dois exercícios de legitimação: o coletivo e o individual. O primeiro resulta da atuação dos pares, na direção de situar o historiador em uma determinada tradição intelectual e o segundo corresponde aos investimentos feitos pelo próprio historiador no interior de um campo de possibilidades que a ele se apresentam naquele momento.<sup>148</sup>

A entrada no IHGB se afigurava para os intelectuais que são objetos de nossa pesquisa como um investimento intelectual e uma porta para o “pequeno mundo” dos historiadores<sup>149</sup>, uma vez que a instituição, além de ser guardiã de um valioso acervo documental, também era lugar de reunião de profissionais conceituados em torno dos estudos históricos.<sup>150</sup> Pedro Calmon e Hélio Vianna buscaram por meio de sua entrada no Instituto, inserção em uma academia de prestígio na área dos estudos históricos. Ao mesmo tempo, os seus nomes ficaram vinculados a essa instituição e a uma determinada forma de se escrever a história do Brasil. Uma forma vista como conservadora e tradicional.

Da mesma forma que elegia acontecimentos e “vultos” considerados significativos para a memória da nação, o IHGB também elegeu entre os seus próprios membros aqueles que foram considerados merecedores de exprimir a “vocalização” da associação. Dessa maneira, o nome de Pedro Calmon, assim como o de Varnhagen, gozou de muito prestígio na instituição por sua atuação acadêmica e administrativa, enquanto o de Hélio Vianna, tal como o de Capistrano de Abreu, parece ter sido menos lembrado.<sup>151</sup>

---

<sup>148</sup> GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da UFF, Niterói, 2006. p. 7.

<sup>149</sup> Expressão criada por Rebeca Gontijo a partir da definição de Jean François Sirinelli, de que o meio intelectual seria um “pequeno mundo estreito”. Cf. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003. p. 231-270. p. 247.

<sup>150</sup> GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**. Op. Cit. p. 37.

<sup>151</sup> Uma consulta nos catálogos da Revista do IHGB encontrou 25 artigos póstumos comentando a vida e a obra de Pedro Calmon, enquanto que para o nome de Hélio Vianna foram encontrados apenas dois artigos póstumos.

Além de fabricar uma memória para a nação e celebrá-la, o IHGB também buscava marcar um lugar para os seus membros no rol dos escritores mais célebres da história nacional. Nesse sentido, Armelle Enders em seu trabalho sobre a prática biográfica do IHGB aponta que os “homens de letras” envolvidos na criação da instituição, no período imperial, elaboravam uma galeria de vultos nacionais, buscando, de certa forma, se inserir nessa genealogia fictícia. Portanto, eles arquitetaram uma “galeria de espelhos”, na medida em que a instituição se empenhava em demarcar um lugar para os seus membros dentre os grandes nomes da história nacional, identificando assim os “homens de letras” também como heróis nacionais.<sup>152</sup> Como apontamos anteriormente, a ABL foi outra instituição criada com este intuito, ao passo que a Sociedade Capistrano de Abreu parece ter sido concebida com o intuito de rememorar a figura de seu patrono. Entretanto, o fato de reunir-se em torno do culto à figura de Capistrano era também um símbolo de distinção dos seus membros em relação aos que eram estranhos à associação.

Pertencer a instituições como o IHGB, a ABL e a Sociedade Capistrano de Abreu, participar de clubes e da redação jornais e revistas, ou mesmo trabalhar em um órgão oficial significava se inserir em redes de sociabilidade que eram tanto intelectuais quanto políticas. Procuramos mapear nos capítulos 1 e 2 algumas dessas redes tecidas por Pedro Calmon e Hélio Vianna no momento da escrita de seus trabalhos sobre a história do Brasil. A convivência proporcionada por essas “redes” provavelmente se mostra importante para o estabelecimento de homenagens a determinados autores, que eram considerados autoridades. A partir dos nomes de certos intelectuais constituíram-se verdadeiras tradições.<sup>153</sup> Quem almejasse estudar a história pátria deveriam venerar tais figuras, cujas memórias eram cultivadas nas instituições citadas.

Uma dessas figuras principais é Francisco Adolfo de Varnhagen, considerado o “pai” da historiografia brasileira. Varnhagen inaugurou assim uma tradição de estudos e escrita da história do Brasil no interior do IHGB. Sua obra mais expressiva, a **História Geral do Brasil** (1854), foi recebida com algumas reservas no interior do Instituto por ocasião de seu lançamento.<sup>154</sup> O seu pensamento era relacionado ao do IHGB, mas ao

---

<sup>152</sup> VER ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A produção de vultos nacionais no Segundo Reinado. In: **Revista Estudos Históricos**.v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000. p. 59 e GONTIJO, Rebecca. **O velho vaqueano**. Op. Cit. p. 21.

<sup>153</sup> GONTIJO, Rebecca. **O velho vaqueano**. Op. Cit. p. 30.

<sup>154</sup> Sobre a recepção da obra de Varnhagen, cf. AMED, Fernando. Ser historiador no Brasil: João Capistrano de Abreu e a anotação da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen. In:

mesmo tempo divergia dele, pois o autor considerava a exaltação do indígena um desrespeito à obra colonizadora portuguesa. Apesar dessas divergências, Varnhagen pode ser considerado um dos nomes de maior prestígio no Instituto ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX.<sup>155</sup>

Na monografia “Como se deve escrever a história do Brasil”, vencedora de um concurso arquitetado pelo IHGB, em 1840, o botânico e viajante alemão Karl Phillip Von Martius buscou definir as linhas gerais de um projeto de escrita da história que pudesse prover uma identidade ao país recém-independente. Von Martius buscou caracterizar essa identidade a partir do que, para ele singularizaria o país, a mistura entre as raças e lançou as bases para as interpretações que mais tarde viriam a se desenvolver a partir da crença em uma pretensa democracia racial, ocultando, assim, a dominação branca.<sup>156</sup>

No entanto, a história do Brasil deveria ser a história da colonização portuguesa nas novas terras. O historiador que se propusesse a escrever essa história deveria abordar a vida portuguesa no Brasil, mas também, imbuído de um espírito cristão e filantropo, não poderia deixar de considerar as demais raças. O Brasil monárquico necessitava de uma história que realizasse o elogio da colonização portuguesa e dos seus heróis e que pudesse evidenciar a pretendida continuidade entre o passado português e o presente e futuro brasileiros.<sup>157</sup>

Entretanto, Von Martius apenas esboçou um plano, um projeto. Varnhagen tomou para si a tarefa e escreveu uma grande síntese da história do Brasil. José Carlos Reis afirma que o olhar de Varnhagen é do colonizador português, inaugurando assim a corrente historiográfica dos “descobridores do Brasil”. Esses “intérpretes” tenderam a enfatizar a continuidade no que concerne ao passado, pois entendiam que os problemas a serem enfrentados pelo país se resolveriam sem necessidade de um rompimento brusco em relação à tradição e herança portuguesas.

Em fins do século XIX os intelectuais brasileiros começavam a constatar o distanciamento entre a realidade brasileira e o pensamento por eles produzido e

---

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das... [et. al] **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 125-150.

<sup>155</sup> REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa. In: REIS, José Carlos. **Identities do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 23-50. p. 29.

<sup>156</sup> REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa. Op. Cit., p. 26.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 28.

almejavam entrar em contato com o “verdadeiro Brasil”.<sup>158</sup> Nesse contexto a escrita da história do Brasil ganha certa autonomia em relação ao Estado, deixando sua produção de estar vinculada exclusivamente ao IHGB, como anteriormente. O campo da história ganha maior delimitação diferenciando-se de outros campos intelectuais pelo desenvolvimento de um método próprio. Um dos indícios dessa autonomia em relação ao IHGB, não mais considerado a “única instância de legitimação da produção histórica” é a publicação expressiva da produção de cunho histórico em jornais.<sup>159</sup>

Dentro do contexto de questionamento a respeito da interpretação produzida por Varnhagen é que surgem as críticas feitas por Capistrano de Abreu e seu livro **Capítulos de História Colonial** (1907). A princípio, sua escrita não repercutiu do interior do IHGB, instituição da qual o autor foi membro. Fábio Franzini aponta que enquanto vivo, Capistrano ocupou uma posição marginal dentro da instituição. Ao investigar os discursos do 3.º Congresso de História Nacional, comemorativo do centenário do Instituto, Franzini aponta que o nome de Capistrano foi pouco citado, ao contrário do de Varnhagen.<sup>160</sup> Assim, podemos perceber que o nome de Varnhagen por muito tempo esteve associado a determinada forma de escrever a história do Brasil abonada pelo Instituto.

A especialização do campo da História do Brasil deveria se fazer por meio da adoção de procedimentos de pesquisa tipo como “modernos”, isto é, a análise de documentos e a confrontação de testemunhos para se chegar à verdade dos “fatos”. O historiador, nesse contexto, passa a ser enxergado como um especialista cujo trabalho se caracteriza por um método e pela minúcia e erudição com as quais é capaz de aplicar esse método.<sup>161</sup> Nesse sentido, apesar do reconhecimento conferido a Varnhagen, Capistrano de Abreu foi evocado por aqueles que se dedicaram à escrita da história do Brasil como o primeiro historiador brasileiro no sentido moderno do termo.<sup>162</sup>

A crítica documental instituída por Varnhagen era vista como apenas um passo para a escrita da história. Capistrano aponta a necessidade do desenvolvimento de uma síntese capaz de empreender uma recriação da vida por meio da escrita. O autor asseverava que faltara a Varnhagen a capacidade de insuflar a história de um “espírito

---

<sup>158</sup> REIS, José Carlos. Anos 1900: Capistrano de Abreu. O surgimento de um povo novo: o brasileiro. In: REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 85-114. p. 89

<sup>159</sup> HANSEN, Patrícia. **Feições & fisionomia**. Op cit. p. 43.

<sup>160</sup> FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras**. Op. Cit. p. 44.

<sup>161</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda Noturna: Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1988, pp.28-54. p. 31.

<sup>162</sup> FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras**. Op. Cit. p. 36.

superior” capaz de lhe conferir unidade e inteligibilidade. <sup>163</sup>Para isso, fazia-se necessária a erudição, para que se construísse uma narrativa dotada de “sentido”. Esse esforço de crítica e interpretação é o que conferem a Capistrano o *status* de modelo a ser seguido pelos historiadores após a década de 1920. <sup>164</sup>

A análise de Capistrano perseguia a formação da nação brasileira, nos moldes de Varnhagen e dos análogos historiadores do IHGB, entretanto, sua abordagem se distanciava da evolução política para aproximar-se da geografia tomando a ocupação do território e seu povoamento como linhas-mestras do processo de colonização. Capistrano apresentava a história do Brasil sob diferentes ângulos, privilegiando as relações sociais, culturais e econômicas desenvolvidas no período colonial. Assim, sua história teria por finalidade mostrar a formação do país e da nação “de dentro para fora”, tomando como personagem principal o povo, excluído da análise de Varnhagen. <sup>165</sup>

Ao mesmo tempo em que se diferenciava de Varnhagen, Capistrano buscou se inserir na linhagem fundada por aquele autor no que diz respeito ao reconhecimento da pesquisa documental como passo fundamental para a escrita da História do Brasil. Afirmado o papel de “pai fundador” de Varnhagen, Capistrano publicou um Necrológio, no *Jornal do Commercio* em 1878 e fez anotações à sua principal obra, a **História Geral do Brasil**. Por outro lado, demarcou o seu espaço de diferenciação que se configura na “interiorização” da história do Brasil, em busca do papel desempenhado pelo povo negligenciado por Varnhagen. <sup>166</sup>

Segundo José Carlos Reis, Capistrano inaugura a corrente de pensamento histórico dos “redescobridores do Brasil”, pois buscou fazer uma história das lutas, dos costumes, da miscigenação e principalmente, do povo, atribuindo a ele o papel de sujeito dessa história do Brasil. A inovação de Capistrano é que para além da história político-administrativa e biográfica, ele procurou em sua história abordar múltiplos aspectos, tentando realizar uma compreensão total dos fenômenos que estudava. <sup>167</sup>

---

<sup>163</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lucília Maria (Orgs.) **Repensando o oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 268-292. p. 288

<sup>164</sup> GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Op. Cit. p. 123.

<sup>165</sup> FRANZINI, Fábio. À sombra das palmeiras. Op. Cit. p. 37;41.

<sup>166</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. Op. Cit, p. 286.

<sup>167</sup> REIS, José Carlos. Anos 1900: Capistrano de Abreu. O surgimento de um povo novo: o brasileiro. Op. Cit. p. 95.

Na análise de Capistrano o conceito de “cultura” sobrepõe o de “raça”. O autor, diferentemente de Varnhagen, valoriza o elemento indígena e pensa em um Brasil mameluco e sertanejo. Estuda a constituição do brasileiro como um homem novo, distinto do português. Seu tema principal é a ocupação do território por esse povo “novo”, o brasileiro.

Capistrano tinha o desejo de ver escrita a história do Brasil e foi reconhecido pelos seus pares como o único que talvez fosse capaz de produzir uma nova síntese que se distinguisse daquela produzida por Varnhagen. Era visto como alguém capaz de conciliar a erudição, indispensável à escrita da História a um método rigoroso no trato com as fontes.

Varnhagen também trabalhara rigorosamente com documentos, entretanto, restringira-se a esclarecer por meio deles os “fatos”. Para além desse primeiro estágio do trabalho historiográfico, fazia-se necessário interpretar, conferir um sentido a esses “fatos” determinados.<sup>168</sup> Capistrano tece críticas à falta de capacidade de Varnhagen de insuflar a história de um “espírito superior” que pudesse lhe conferir unidade e inteligibilidade. Aponta a necessidade de se desenvolverem monografias temáticas sobre vários assuntos obscuros, entretanto, a escrita da história do Brasil não seria fruto da soma dessas monografias, mas do esforço de síntese de um historiador capaz de empreender uma recriação da vida por meio da sua escrita, o que Varnhagen não pôde fazer.<sup>169</sup>

Os contemporâneos lastimaram que Capistrano não tivesse conseguido escrever a sua síntese da história do Brasil, distinta daquela elaborada por Varnhagen. Rebecca Gontijo aponta que ao longo de toda a Primeira República encontram-se indícios da existência de uma expectativa em torno da elaboração dessa nova história do Brasil. É em torno da perspectiva de realização de novas sínteses e de novas interpretações que os livros de Hélio Vianna e Pedro Calmon virão a público.

Ainda que, o nome de Varnhagen continuasse sendo lembrado como precursor dos estudos históricos no Brasil, a partir de Capistrano, a maior parte dos autores que se propunham a escrever sobre a história do Brasil buscaram se posicionar como continuadores da corrente por ele inaugurada. Por esse motivo, os escritores da História a partir de Capistrano de Abreu almejavam constituir uma história social que pudesse ir

---

<sup>168</sup> GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Op. Cit. p. 93.

<sup>169</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. Op. Cit, p. 286.

além dos aspectos políticos e administrativos e que não se limitasse a reconstituir os fatos, mas conferir-lhes um sentido inserindo-os em uma narrativa. Talvez por esse motivo, Pedro Calmon e Hélio Vianna tinham sempre em seus horizontes de expectativas a escrita de uma história que não fosse apenas política e administrativa, mas social, embora nem sempre tenham conseguido concretizar tal intuito.

O *métier* do historiador era exercido por homens polivalentes, que circulavam entre diversas áreas do conhecimento. Geralmente, a escrita da História estava ligada às atividades políticas ou jornalísticas e era empreendida por autores que haviam atingido certa maturidade intelectual. A produção de uma história do Brasil em muitos volumes poderia ser considerada o coroamento de uma trajetória intelectual.<sup>170</sup>

O autor que se propusesse a escrever a sua interpretação da história do Brasil deveria se reportar aos autores que vieram antes e que constituíram verdadeiras tradições ao divulgarem suas leituras dessa história. Vejamos como Hélio Vianna e Pedro Calmon se apresentavam por ocasião do lançamento de suas interpretações da história do Brasil.

### **3.2 Pedro Calmon e o caráter cumulativo e ampliatório de sua interpretação da história do Brasil**

Em 1939 veio a público o primeiro volume da **História do Brasil** em cinco volumes de Pedro Calmon. Os livros foram publicados na coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional. Luís Henrique Dias Tavares sugere como “chave” para a compreensão da obra histórica de Pedro Calmon a percepção de que ela formaria um todo. Assim, a História do Brasil em cinco volumes, publicada pelo autor entre os anos de 1939 e 1956 pela Companhia Editora Nacional, seria preparatória para a História do Brasil em sete volumes lançada em 1959 pela José Olympio Editora.<sup>171</sup>

O caráter ampliatório e cumulativo de suas obras é reafirmado pelo próprio Pedro Calmon em suas **Memórias**:

De 1939 a 1947, publiquei na Brasileira (da Companhia Editora Nacional) quatro tomos da minha História do Brasil. Constituíram o rascunho de obra maior; do descobrimento à atualidade; sete volumes, cuja edição devo a José Olympio (com a minuciosa arte de Daniel Pereira): de 1959.<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Op. Cit. p. 77.

<sup>171</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. **Pedro Calmon**. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 1977. p. 13.

<sup>172</sup> CALMON, Pedro. **Memórias**. Op. Cit. p. 271.

Essa percepção foi constituída retrospectivamente, mas nos fornece pistas sobre a dimensão que o autor gostaria de conferir à sua obra publicada e da imagem que ele almejava construir para si: a de um autor incansável na busca pelo aperfeiçoamento de suas pesquisas e de sua escrita. Calmon afirma na “Explicação” de sua obra ser possível “a revisão integral da história brasileira”, uma empreitada de fôlego que em sua percepção só poderia ser realizada por um autor já experiente como ele. Anuncia que vários foram os fatores que possibilitaram essa revisão, entre eles as novas pesquisas documentais, que reuniram material esparso, o desenvolvimento da bibliografia e a influência da utilização de conceitos sociológicos na descrição do passado nacional.<sup>173</sup>

O autor almejava escrever uma história que “restituísse a imagem completa da Pátria – através de sua larga evolução”. Expressa como objetivo de sua obra o

propósito modesto de objetivar o acôrdo: entre a inquieta restauração das “fontes”, o balanço desordenado ou a classificação dos papéis que testemunham os grandes momentos do Brasil, e a serena coordenação dêstes.<sup>174</sup>

Sua proposta não era apenas reunir as “fontes”, mas sistematizar as informações provenientes destas em uma narrativa do passado nacional que se afigurasse como “verdadeira e sincera”.<sup>175</sup> Sua intenção era retificar as narrativas dos cronistas do passado à luz da documentação recém-descoberta. Ao que tudo indica, estavam dadas as condições que faltaram a Capistrano para a escrita de uma história do Brasil que permitisse a um só tempo constituir uma interpretação da evolução da pátria, que fosse alicerçada em fontes documentais.

Podemos perceber em sua obra uma tendência a valorizar o aspecto narrativo como forma de fazer ressurgir o passado. O autor expressa julgar o estudo dos detalhes e a visão do conjunto como formas de compor uma “literatura de restauração e recuperação” do passado. Retoma assim, um aspecto presente em sua obra anterior **História Social do Brasil**, de forma a endossar o caráter ampliatório que intencionava conferir a suas obras.<sup>176</sup>

---

<sup>173</sup> CALMON, Pedro. **Historia do Brasil**. 1º volume. As Origens (1500-1600). São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1939. Vol. 176. Explicação.

<sup>174</sup> Ibidem.

<sup>175</sup> CALMON, Pedro. **Historia do Brasil**. 2º volume. A Formação (1600-1700). São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1941. Vol. 176-A. Explicação.

<sup>176</sup> CALMON, Pedro. **Historia do Brasil**. 2º volume. A Formação (1600-1700). Op. Cit. Explicação.

Em **História e Historiadores do Brasil**, publicado em 1965, Rodrigues localiza a produção de Pedro Calmon na corrente inaugurada por Varnhagen, entre os autores de “histórias gerais” que continham um “caráter mais político que científico”. Essas interpretações não estariam preocupadas em compreender os feitos populares, mas promover o culto a heróis, personalizando a história, resumindo-a ao estudo da conduta dos estadistas. Na contracorrente dessa visão saudosista e colonialista estariam os autores que reconheceriam o sentido progressista da história, buscando melhor ajustá-la à realidade nacional, fazendo uma História “a serviço da nossa gente e da nossa terra”. Essa perspectiva teria sido inaugurada por Capistrano de Abreu e continuada por João Ribeiro, Euclides da Cunha e Oliveira Viana.<sup>177</sup>

Ao estabelecer o nome de Capistrano de Abreu como fundador de uma tradição de inovação com a qual as gerações das décadas pós-1930 deveriam se identificar, o autor também busca sua inserção na historiografia como continuador dessa tradição. José Honório ao inventariar a produção historiográfica brasileira pleiteia para si a função de “guardião da memória” em relação à escrita da história brasileira.<sup>178</sup> A crítica historiográfica de José Honório expressa a aspiração de constituir um catálogo de autores que deveriam ser lembrados e cujas obras deveriam ser estudadas, em detrimento de outros autores e obras que deveriam ser esquecidos.

Manoel Salgado Guimarães aponta que devemos ter cuidado com os chamados catálogos. Tais inventários, a despeito de sua utilidade para os pesquisadores da historiografia, não são produto de uma postura neutra de quem os confecciona, mas constituem determinada memória disciplinar carregada de valoração ao estabelecer uma lista de autores e obras canônicas, em detrimento de outra que são omitidas.<sup>179</sup> Nesse sentido, consideramos que a obra de Pedro Calmon, mesmo sendo considerada como tributária de uma perspectiva “saudosista e colonialista” mostra-se relevante para uma compreensão mais ampla da escrita da História do Brasil em sua época.

Contrapondo-se a Gilberto Freyre – que afirma que a história de Calmon tinha o “afã” da objetividade, uma vez que era mais descritiva e neutra, sem ideologismos – Reis defende que Calmon interpreta a história do Brasil de maneira ultraconservadora, na medida em que dissimulava os conflitos, as exclusões e as misérias do processo.

---

<sup>177</sup> RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965. p. 10.

<sup>178</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. In: **Ágora**. Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./ jun. p. 37.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 33.

Longe de ser neutra, sua interpretação apaziguadora mostra-se aristocrática, elitista e receosa em relação à República e ao povo brasileiro como sujeito da história.<sup>180</sup>

Arno Wehling afirma que Calmon adotou uma perspectiva historista, moralizante e hermenêutica inaugurada no Brasil por Varnhagen. Calmon usava um estilo de escrita repleto de figuras de linguagem, que se tornou pouco comum *a posteriori* nas análises que buscavam uma aproximação com a sociologia. Dessa forma, sua obra pareceu condenável aos herdeiros de uma concepção de história de natureza sociológica, que inspirou a tradição intelectual representada por Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda.<sup>181</sup>

Seu ponto de vista, segundo Wehling, é historista no sentido rankeano, porque os sujeitos de sua história são a nação e o Estado. Assim, os feitos de natureza política são privilegiados, a despeito de o autor demonstrar em algumas obras como a **História da Civilização Brasileira** e a **História Social do Brasil** um interesse pelos aspectos sociais, econômicos e culturais. Suas fontes acompanham o tipo de interpretação que o autor se propõe a construir, uma vez que a maior parte da documentação utilizada é proveniente de registros oficiais. Assim, o desenvolvimento da sociedade brasileira é um processo que tem como paradigmas a constituição e o funcionamento do estado.<sup>182</sup>

Sua história também mostra incorporar uma compreensão moralizante, suscitada pela pedagogia moral do romantismo, quando atribui aos estudos de história do Brasil importância na composição e fortalecimento da identidade nacional. É moralizante também na medida em que Calmon, como Varnhagen, reclamava para a completude da explicação histórica um julgamento final. Juízo esse, segundo Wehling, baseado em seus valores éticos, políticos e sociais.

A tradição hermenêutica se caracteriza pela ênfase na interpretação dos fenômenos estudados. Percebe-se na obra de Calmon a renúncia da ideia de que a história é regida por leis e abdica-se de qualquer tipo de determinismo, seja sociológico ou econômico. Assim, o historiador busca por meio dos métodos de pesquisa e de sua

---

<sup>180</sup> REIS, José Carlos. REIS, José Carlos. Civilização brasileira e otimismo ultraconservador (ingênuo). Op. Cit. p. 43.

<sup>181</sup> WEHLING, Arno. Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na historiografia brasileira, Op. Cit. p. 91.

<sup>182</sup> Ver WEHLING, Arno. A história em Pedro Calmon – uma perspectiva historista na historiografia. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 160 (404): 605-612, jul/set, 1999. e WEHLING, Arno. Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na historiografia brasileira, Op. Cit.

capacidade de análise a culminância do processo de construção do conhecimento histórico, a explicação, sintetizada por meio da ideia de compreensão.<sup>183</sup>

Ao publicar sua **História do Brasil**, Pedro Calmon, embora ainda fosse jovem, percebia-se como alguém capacitado para realizar essa síntese, uma vez que referendado pelo pertencimento a tradicionais instituições do campo intelectual como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras. A mudança de nomenclatura de sua obra permite entrever que sua determinação era a realização de uma **História do Brasil**, uma “história integral”, indicação essa afirmada logo no início de sua Explicação ao primeiro tomo da obra.<sup>184</sup>

A realização da **História do Brasil** se fazia possível em sua concepção porque sua narrativa foi pacientemente reescrita com base em fontes documentais e na apreciação das diferentes interpretações produzidas por outrem, desde a publicação de sua primeira obra de síntese, a **História da Civilização Brasileira**. Ainda assim, não se mostrou satisfeito e publicou uma **História do Brasil** em sete volumes em 1959, pela José Olympio Editora.

Calmon conseguira se firmar como autor no ainda recente mercado editorial brasileiro menos de 10 anos após a publicação de sua primeira obra de síntese acerca da história do Brasil. Por meio da inserção em tradicionais instituições e de suas “redes de relações” pessoais e profissionais cultivadas ao longo desses anos, ainda que jovem, consolidou uma imagem de escritor respeitado e autorizado a conferir sua versão acerca da constituição da nacionalidade brasileira.

### 3.3 Hélio Vianna e a crítica como interpretação da história do Brasil

Hélio Vianna, chega aos anos 1950 no posto de catedrático efetivo da cadeira de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. É nesta conjuntura que, no ano de 1953, ganha o concurso promovido pelo Ministério da Educação e Cultura cuja proposta era a elaboração de uma biografia de Capistrano de Abreu. O concurso foi instituído por uma lei especificamente destinada a comemorar o centenário de Capistrano. Assim, Hélio Vianna se destaca mais uma vez como um comentarista e divulgador de interpretações acerca da história do Brasil.

---

<sup>183</sup> WEHLING, Arno. A história em Pedro Calmon – uma perspectiva historista na historiografia, Op. Cit. p. 611.

<sup>184</sup> <sup>184</sup> CALMON, Pedro. **Historia do Brasil**. 1º volume. As Origens (1500-1600). Explicação. Op. Cit.

Nos anos 1960, o autor resolve publicar sua **História do Brasil**. O livro foi lançado em dois volumes pela editora Melhoramentos nos anos de 1961 e 1962 e reeditado já em 1963.<sup>185</sup> Para publicar sua interpretação da **História do Brasil** o autor se respalda nos seus “mais de vinte anos de exercício” na cátedra de História do Brasil.  
186

Na orelha do livro, de autoria não informada, é expresso que a obra representaria a “mais recente e mais completa interpretação de nosso passado”. A orelha informa ainda que as histórias do Brasil escritas por estrangeiros como o inglês Roberto Southey e o alemão Henrique Handelman ou por brasileiros, como Varnhagen e Rocha Pombo já não se mostravam satisfatórias, uma vez que a história de qualquer país necessitava ser reescrita a fim de reunir as interpretações dos historiadores. Essas interpretações deveriam ser feitas à luz dos documentos revelados pelos arquivos públicos e particulares. Os documentos serviriam para alterar “fatos até então oferecidos como rigorosamente verdadeiros, e que, desta forma, são geralmente aceitos e repetidos pelos historiógrafos”.<sup>187</sup>

Mesmo sem identificar a autoria da orelha, podemos perceber que o texto veicula uma perspectiva muito semelhante à adotada por Hélio Vianna em obras anteriores. Essa perspectiva assinala que a escrita da História teria por objetivo apenas a identificação dos fatos e as novas interpretações interessavam apenas na medida em que ajudariam a distinguir os fatos falsos dos verdadeiros.

Ao publicar a sua História do Brasil de caráter didático, Hélio Vianna o faz como um professor que dedicara quase toda a sua carreira acadêmica ao ensino da disciplina. Embora Hélio Vianna se propusesse a ser um dos discípulos de Capistrano de Abreu, participando da sociedade que se propunha a veicular a memória e a divulgar a obra do patrono, sua concepção de História se aproximava mais da visão de Varnhagen. Como o autor do século XIX, Vianna preocupou-se, ao longo dos anos que esteve à frente da cadeira de História do Brasil em ensinar uma leitura de história do Brasil focada nos eventos políticos, com grande ênfase no detalhamento de fatos e datas.<sup>188</sup>

---

<sup>185</sup> COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. A obra de Hélio Vianna. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, volume 147, n. ° 353: out/dez. 1986. pp. 1156-1208. p. 1157.

<sup>186</sup> VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. Tomo I. Período Colonial. 2ed. Edições Melhoramentos: São Paulo, 1963.

<sup>187</sup> *Ibidem*.

<sup>188</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**. Op. Cit. p. 43.

Por outro lado, Vianna também se destacara como um divulgador e comentarista das obras de outros autores. Por meio da abertura que tinha para publicar críticas que serviam à divulgação dos livros em órgãos da imprensa especializada ou de grande circulação, Vianna foi capaz de compensar as complicações em seu passado decorrentes do pertencimento ao movimento integralista. Rodrigo Christofolletti mostra que Hélio Vianna, bem como de outros intelectuais que se engajaram no movimento integralista nos anos 1930, percorreram caminhos diversos. Ao estudar o lançamento da **Enciclopédia do Integralismo**, em comemoração aos 25 anos da criação do movimento, Christofolletti identifica nas memórias dos antigos integralistas sentimentos que oscilam entre o desprezo e a lembrança saudosista.<sup>189</sup> Fato é que a maioria dos ex-integrantes se afastou do ideário integralista após o fim da AIB. O passado integralista é completamente obscurecido na pequena biografia contida na orelha da **História do Brasil** de Hélio Vianna.

Finalmente, nos anos 1960, Vianna também tenta finalizar de forma satisfatória sua carreira como crítico propondo para publicação uma compilação de suas apreciações acerca das obras de reconhecidos autores da história do Brasil, como Varnhagen, Capistrano de Abreu, Conde de Afonso Celso, Rodolfo Garcia, Afonso de Escragnole Taunay, Rodolfo Garcia e João Camillo de Oliveira Torres, que escrevera uma história de Minas Gerais.<sup>190</sup>

A obra idealizada por Vianna e proposta para publicação no ano de 1963, não possuía um plano coerente. Propunha-se a fazer uma compilação de críticas esparsas publicadas anteriormente em veículos da imprensa, em separatas ou em livros. O manuscrito foi rechaçado por um parecerista anônimo que recusa a publicação da obra pelo Instituto Nacional do Livro (INL). Os originais tanto da obra quanto do parecer anônimo encontram-se no setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional e mereceriam um estudo à parte.

Criado em dezembro de 1937, pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema o INL funcionava no interior da Biblioteca Nacional. Entre suas atribuições estava a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população.<sup>191</sup> A justificativa apresentada pelo parecerista é que o trabalho parece

---

<sup>189</sup> CHISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do Integralismo**. Op. Cit. p. 188.

<sup>190</sup> “Historiografia e Historiadores do Brasil – Hélio Vianna. Biblioteca Nacional. Setor de Manuscritos, INL AR. 45, 12,63.

<sup>191</sup> Sobre o INL ver: Instituto Nacional do Livro. Disponível em:

desnecessário, uma vez que todo o seu conteúdo já se encontrava publicado anteriormente. Podemos perceber que a tentativa de Hélio Vianna de consolidar sua obra também no campo da crítica historiográfica não foi bem sucedida. O autor não consegue no INL a abertura que conseguira na Companhia Editora Nacional para publicar uma compilação de textos que não eram inéditos.

Giselle Venâncio e André Carlos Furtado consideram que a segunda metade do século XX assinala o momento em que podem ser percebidos os primeiros produtos da reconfiguração do campo intelectual, posta em curso nos anos 1930 com a institucionalização dos cursos universitários de História no mercado editorial.<sup>192</sup> Mesmo participando da criação de um desses primeiros cursos universitários, Vianna não produziu uma história do Brasil fundamentada em procedimentos de análise tidos como modernos para a época. O autor se destacou em sua época pelos comentários e críticas que fazia aos trabalhos de outros autores.

Nesse sentido, tentamos ao longo desse capítulo mostrar de que forma é possível perceber os indícios dessa reconfiguração do campo intelectual no que concerne à escrita da história do Brasil. Tal reconfiguração fundamentou-se na caracterização de tradições constituídas em torno dos nomes de Varnhagen e Capistrano de Abreu. Tais nomes se tornaram basilares nas análises que se constituíram acerca da historiografia brasileira e referenciais para autores que almejavam construir suas interpretações acerca da história do Brasil a partir dos anos 1930.

Utilizando a classificação de José Carlos Reis, Pedro Calmon e Hélio Vianna estariam localizados entre os “descobridores do Brasil”, corrente na qual também estariam inseridas as obras de Varnhagen, Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Mello Franco e Oliveira Vianna. Esses “intérpretes” enfatizavam a continuidade em relação à mudança, pois entendiam que os problemas do passado se resolveriam sem necessidade de um rompimento brusco em relação à tradição e herança portuguesas.<sup>193</sup> Em outra vertente estariam os “redescobridores do Brasil”, representados nas análises de Reis por Capistrano de Abreu, Manoel Bonfim, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Tais autores

---

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL> (Acesso em 21 set 2012)

<sup>192</sup> VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)*. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 05 - 23. p. 10.

<sup>193</sup> REIS, José Carlos. Introdução. IN: REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 16.

em suas obras demonstrariam preferência pela ruptura com o passado colonial, em detrimento da continuidade.

As correntes são divergentes quanto à identidade brasileira, principalmente no que concerne aos sujeitos de sua história do Brasil e aos seus desdobramentos. Entretanto, como Reis, afirmamos que todas as interpretações são legítimas, na medida em que contribuem para o conhecimento de uma “verdade poliédrica” acerca da história do país. Nesse sentido, as interpretações de Pedro Calmon são válidas, desde que consideradas “em sua época, perspectiva e circunstância”.<sup>194</sup>

---

<sup>194</sup> Ibidem, p. 18.

## Considerações finais

Em 20 de fevereiro do ano de 2007, o jornal “O Globo” trazia como matéria de capa do caderno “Prosa e Verso” autores que tinham sido menosprezados e esquecidos por motivos alheios à qualidade de suas obras. Na matéria, Isabel Lustosa, pesquisadora da Casa de Rui Barbosa, fazia uma defesa dos historiadores ligados ao IHGB. A autora afirmava que a obra de toda uma geração pertencente à instituição foi desprezada por ser associada a uma forma conservadora de se fazer história, sendo duramente criticada por uma historiografia marxista que a sucedeu. Entretanto, segundo Lustosa, tais historiadores anteciparam a preocupação contemporânea com o documento como fonte histórica. Como expoentes dessa geração, a autora cita Pedro Calmon e Hélio Vianna.<sup>195</sup>

Ao longo de nosso trabalho vimos que os intelectuais citados buscaram a instituição como um “lugar de sociabilidade” e como uma forma de se legitimar enquanto produtores de interpretações acerca da história do Brasil. Gostaríamos de ressaltar que nosso objetivo não foi esgotar as possibilidades de análise acerca das obras e trajetórias desses dois autores. Suas especificidades justificam a realização de estudos que as contemplem separadamente, mas julgamos que um estudo comparativo nesse momento se fazia mais útil.

A investigação partiu do questionamento acerca da história da História como disciplina, na medida em que o conhecimento histórico é sempre autorreflexivo. O trabalho do profissional de História exige um permanente exercício de resgate do que já foi estudado em relação a determinado período ou acontecimento histórico. Não é possível ao historiador prescindir das contribuições dos que o precederam. A crítica historiográfica se afigura, assim, como um “fundamento do conhecimento histórico”.<sup>196</sup>

A esse olhar investigativo para o desenvolvimento e para as práticas do ofício damos o nome de historiografia. Essa área do conhecimento histórico assume para si a tarefa de investigar “os lugares, as instituições, as determinações extracientíficas que definiriam as condições de produção do discurso da história”.<sup>197</sup> Nesse sentido, os

---

<sup>195</sup> Uma oportuna revisão. Noticiário Número 215 – janeiro/fevereiro de 2007. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/noticiario.php?n=00215&s=0> (Acesso em 15 set 2012)

<sup>196</sup> MALERBA, Jurandir. Teoria da História e da Historiografia. In: MALERBA, Jurandir. **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 15.

<sup>197</sup> ARAÚJO, Valdeci Lopes. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus: revista de História**, vol. 12, n. 1, p. 79-94, Juiz de Fora, 2006. p. 80.

historiadores admitem a criação de uma memória disciplinar que decide o que é passível de ser reconhecido como conhecimento histórico em um determinado tempo.

Massimo Mastrogregori propõe considerar a historiografia como uma “tradição de lembranças”. Segundo o autor, faz-se necessário considerar as condições de sobrevivência ou desaparecimento dos “rastros” (relatos, textos e imagens), matérias-primas do conhecimento histórico. Trata-se de considerar a “existência, as formas históricas, a periodização, a qualidade, as estruturas – como um objeto a ser pensado historicamente”. Na interpretação do autor, a tradição indica não apenas o que sobrevive, mas também o que é rechaçado, não apenas o que é lembrado, mas também o que é esquecido pelos historiadores na produção do conhecimento histórico.<sup>198</sup>

A análise historiográfica deve ir além do mero inventário das obras publicadas em determinado tempo, para buscar compreender as tensões e disputas em torno da escrita sobre o passado. Uma vez que a prática historiográfica exige uma investigação acerca da construção da memória, mostra-se importante pôr esse questionamento à própria disciplina, como forma de entender suas produções como construções datadas e temporais.<sup>199</sup>

Dessa forma buscamos tratar as obras dos intelectuais em questão como produções de seu tempo e considerar o significado de suas publicações nas trajetórias de seus autores. Simultaneamente, perseguimos o pertencimento desses intelectuais a escolas, instituições, órgãos e revistas que nos serviram como indicadores dos ambientes de circulação e produção de ideias nos quais eles transitavam.<sup>200</sup>

Assim, no primeiro capítulo abordamos os livros pertencentes ao que identificamos como uma “primeira fase” na trajetória dos autores. Pedro Calmon e Hélio Vianna, ao publicarem seus primeiros livros de síntese acerca da história do Brasil buscavam elucidar a formação histórica da nação. Suas análises, entretanto, partiram de princípios diferentes. Enquanto Calmon defendeu as particularidades essenciais do povo brasileiro como um povo mestiço e adaptado ao seu meio, Hélio Vianna privilegiou a formação territorial, econômica e política da nação. Ainda assim, podemos perceber que as análises dos dois autores privilegiam o papel do Estado na constituição da nação brasileira.

---

<sup>198</sup> MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição de lembranças. In: MALERBA, Jurandir. **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 69.

<sup>199</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 184-200, dez. 2002. p. 185.

<sup>200</sup> GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Op. Cit. p. 41.

No segundo capítulo consideramos os livros de Hélio Vianna e Pedro Calmon pertencentes a uma “segunda fase” de suas produções. Tais livros foram publicados quando seus autores já haviam alcançado uma certa projeção e são produtos de estudos mais alentados sobre a história do Brasil. Nesse momento de suas produções, os intelectuais já haviam se consolidado como nomes vinculados à escrita ou à divulgação da história do Brasil, fosse pelo sucesso de seus livros anteriores, como no caso de Pedro Calmon, ou por seu cargo em uma das instituições de ensino superior mais importantes do país, como no caso de Hélio Vianna.

Pedro Calmon imbuído da aspiração de empreender uma renovação nos estudos históricos se empenha em constituir uma história social, que pudesse ressuscitar o passado, ao passo em que Hélio Vianna busca elucidar os fatos e distinguir os fatos verdadeiros dos falsos a partir dos documentos recém-descobertos. Apesar da aspiração de Calmon e de sua disposição de dialogar com outras disciplinas em busca de uma interpretação mais social, o autor só consegue constituir uma história menos política e administrativa, só alcança o seu objetivo de fazer o passado reviver, no que diz respeito ao período colonial. Assim, sua viagem às cidades coloniais ajuda a compor o que o autor almejava, uma experiência sensorial com o passado.

Apesar de ambos os autores tangenciarem a questão da mestiçagem, já que era um fator inegável para a formação do país, o processo é abordado apenas como um mais um elemento que compunha o quadro que desejam formar, não servindo a reflexões mais aprofundadas. Assim, podemos perceber que mais uma vez, que o protagonista das suas histórias do Brasil é o Estado e não o povo brasileiro.

Por fim, no terceiro capítulo buscamos delinear as questões historiográficas que estavam em voga na época que Calmon e Vianna produzem suas interpretações e o papel do IHGB e de outras instituições na constituição de tradições em torno do nome de determinados autores. Os nomes de Calmon e Vianna foram situados pelas gerações de historiadores que refletiram posteriormente sobre a historiografia da época em uma tradição inaugurada por Varnhagen. Tais análises vão ao encontro do que concluímos ao investigar mais a fundo as obras dos dois autores. Ambos empreendem uma história que elegem como sujeito o Estado e busca dissimular os conflitos no processo de constituição da nação. Ambos também privilegiam as continuidades em relação ao passado português, em detrimento das mudanças.

Raquel Glezer, referindo-se aos historiadores brasileiros a partir dos anos 1930, classifica-os em dois grupos: “historiadores por vocação” e “historiadores por

formação”. Os “historiadores por vocação” são aqueles que apesar de formados em outras áreas de conhecimento, dedicaram-se à História. Segundo a autora, esse primeiro grupo foi responsável pela criação da história nacional. O segundo grupo, o dos “historiadores por formação”, teria se formado após o estabelecimento dos cursos universitários de História e Geografia, instituídos no Brasil a partir da década de 1930. A autora afirma que o primeiro grupo precedeu o segundo e continuou a existir concomitantemente aos cursos universitários.

Os intelectuais cujas obras serviram de objeto à nossa pesquisa eram, na definição de Glezer, “historiadores por vocação”. A definição de Glezer é relevante para a percepção de que o desenvolvimento da historiografia não se deu de forma linear e teleológica, como dá a crer alguns balanços acerca dessas produções. Nossa pesquisa buscou assim, ressaltar a importância desses historiadores “não profissionais” para o desenvolvimento da compreensão da história brasileira.<sup>201</sup>

Buscamos compreender tais interpretações para além dos julgamentos depreciativos e das críticas rasas. As interpretações de Pedro Calmon e Hélio Vianna estavam filiadas a uma tradição que delineou uma compreensão da história do Brasil que por muito tempo esteve em voga no ensino fundamental, médio e superior. Estudá-las permite conceber a trajetória da disciplina histórica de forma plural e abre a possibilidade de admitir a existência de perspectivas divergentes das que posteriormente se sobrepuseram a elas, refutando-as.

---

<sup>201</sup> GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues**: um modelo de análise historiográfica. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1976. p. 88.

## Fontes:

### Biblioteca Nacional

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. (Brasiliana, vol. 14)

\_\_\_\_\_. **História Social do Brasil**. 1.º Tomo. Espírito da Sociedade Colonial. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

\_\_\_\_\_. **História Social do Brasil**. 2.º Tomo. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil**. Século XVI. As origens. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil**. A formação. 1600-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

\_\_\_\_\_. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

VIANNA, Hélio. VIANNA, Hélio. **Formação Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935. (Problemas políticos contemporâneos n. 5)

\_\_\_\_\_. **Estudos de História Colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. (Brasiliana, vol. 261)

\_\_\_\_\_. **Estudos de História Imperial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950. (Brasiliana, v. 269)

\_\_\_\_\_. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1963. (2 vols).

\_\_\_\_\_. **HISTORIOGRAFIA E HISTORIADORES DO BRASIL** - reunião de trabalhos (conferências, ensaios bibliográficos, necrológicos e artigos de crítica) acerca da história e historiadores do Brasil. [S.l.] [S.d.] 228 f. (Coleção INL)

### Fundação Cultural da Bahia

**Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon**. Série F, Caixa 21, Código: 1932.11.18. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

**Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon**. Série F, Caixa 34, Código: 1934.12.04. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

**Carta de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon**. Série F, Caixa 2, Código: 1934.04.26. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

**Carta de Frank [?] a Pedro Calmon**. Série F, Caixa 40, Código do documento: 1950.07.30. Fundo Pedro Calmon – Fundação Cultural da Bahia.

## **IHGB**

**Pasta Curriculum Vitae.** Doc. 5. DL 1336.014. Fundo Hélio Vianna. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

**Pasta Formação Brasileira.** DL 1381.023. Fundo Hélio Vianna. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

**Pasta Companhia Editora Nacional.** DL 1343.016. Fundo Hélio Vianna – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

### **Fontes disponíveis na internet**

**Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional.** Disponível em:

<http://www.ednacional-acervo.com.br>

BARROSO, Gustavo. **Discurso de Recepção ao Acadêmico Pedro Calmon.**

Disponível em:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=6818&sid=213>

## **Referências Bibliográficas**

### **Produção bibliográfica sobre Pedro Calmon**

ARAÚJO, Mariele de. **A medida das raças na mistura imperfeita: Discursos Racialistas em Pedro Calmon - 1922/33.** Dissertação (Mestrado em História). UFBA, 2006.

BECHARA, Evanildo. Pedro Calmon e a literatura. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 164 (420), p. 125-128, jul./set. 2003.

BOAVENTURA, Edivaldo. (Org.) **Pedro Calmon: vida e glória.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Salvador: Secretaria de Estado da Educação e Cultura da Bahia/Academia de Letras da Bahia, 1986.

BORJA, Célio. Pedro Calmon e o direito. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 164 (420), p. 93-98, jul./set. 2003.

CALMON, Jorge. Pedro Calmon. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 157 (393), p. 1081-1086, out/dez. 1996.

DOYLE, Plínio. Bibliografia de Pedro Calmon. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 147 (351), p. 585-614, abr./jun. 1986.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Rememorando a figura de Pedro Calmon. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 147 (351), p. 421-427, abr./jun. 1986.

FREYRE, Gilberto. Mestre Pedro Calmon: sua historiografia comentada por um sociólogo da história. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 147 (351), p. 552-558, abr./jun. 1986.

In Memoriam de Pedro Calmon. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. N. 349, p. 115-135, out./dez. 1985.

IPANEMA, Cybelle de. Pedro Calmon e a o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 164 (420), p. 99-106, jul./set. 2003.

LACOME, Lourenço Luiz. Em louvor de Pedro Calmon. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 147 (351), p. 411-418, abr./jun. 1986.

MADEIRA, Marcos Almir. Pedro Calmon: história e estilo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 164 (420), p. 145-156, jul./set. 2003.

REIS, José Carlos. Civilização Brasileira e otimismo ultraconservador (ingênuo): Pedro Calmon e a visão romântica e cristã da nação brasileira. In: REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Pp. 33-86.

PACHECO, Jorge. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 147 (351), p. 345-352, abr./jun. 1986.

PEREGRINO, Umberto. Pedro Calmon e a história social do Brasil. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 147 (351), p. 353-361, abr./jun.1986.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **Pedro Calmon**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1977.

WEHLING, Arno. A história em Pedro Calmon – uma perspectiva historista na historiografia. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 160 (404): 605-612, jul/set, 1999.

\_\_\_\_\_. Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na historiografia brasileira. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 164 (420): 87-91, jul./set. 2003.

### **Produção bibliográfica sobre Hélio Vianna**

COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. A obra de Hélio Vianna. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 147 (353) out/dez. 1986. pp. 1156-1208.

IPANEMA, Cybelle Moreira de. Hélio Vianna: recordações. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 171 (447) abr/jun. 2010. pp. 245-251.

OLIVEIRA, Caio Figueiredo Cibela de. **O pensamento de Hélio Vianna: regalias e desafios de um intelectual oficial.** Monografia de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

### **Referências gerais**

AMED, Fernando. Ser historiador no Brasil: João Capistrano de Abreu e a anotação da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das... [et. al] **Estudos de historiografia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939).** São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda Noturna: Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1988, pp.28-54.

ARAÚJO, Valdeci Lopes. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus: revista de História**, vol. 12, n. 1, p. 79-94, Juiz de Fora, 2006.

CALVINO, Italo. Um general na biblioteca. In: CALVINO, Italo. **Um general na biblioteca.** Tradução Rosa Freire D'Águilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.) **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. pp. 167-178.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do Integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961).** Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

DANTAS, Carolina Vianna. **O Brasil café com leite: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos.** Rio de Janeiro, 1903-1914. Tese de doutorado (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História/UFF, 2007.

DUTRA, Eliana de Freitas. Companhia Editora Nacional: tradição editorial e cultura nacional no Brasil dos anos 30. IN: **I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial.** FCRB, UFF/PPGCOM, UFF/LIHED. 2004.

\_\_\_\_\_. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política.** Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 299-314.

EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes: a tarefa de criar e perpetuar vultos literários. In: **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, 25 (13): 119-134, 2000.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A produção de vultos nacionais no Segundo Reinado. In: **Revista Estudos Históricos**.v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras**: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

FRANZINI, Fábio e GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel. (Org.) **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 141-160.

FREITAS, Itamar. Itinerários do ensino superior de História (primeiras leituras). In: FREITAS, Itamar. **Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues**: um modelo de análise historiográfica. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1976.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentum, 2009.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da UFF, Niterói, 2006.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 184-200, dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. In: **Ágora**. Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./ jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lucília Maria (Orgs.) **Repensando o oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 268-292.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 2 ed. ver e ampl. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.

HANSEN, Patrícia. **Feições & fisionomia**: a História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Acess, 2000.

HEINZ, Flávio. M. (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LOPES, João Paulo. **A Nação (I) mortal**: Identidade Nacional e Política na Academia Brasileira de Letras. (1931-1943). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever a história nos museus. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. vol 34. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Colecionando relíquias...** Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934 – 1937). Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MALERBA, Jurandir. **A História Escrita**: Teoria e História da Historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição de lembranças. In: MALERBA, Jurandir. **A História Escrita**: Teoria e História da Historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória**: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “coleções brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sergio. (et. al) **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol 1. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989. pp. 359-409.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. **Intelectuais e carisma**: A ação integralista brasileira na década de 1930. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo Histórias e Memórias**: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.

ROIZ, Diogo da Silva. **A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, 2004.

SALEM, Tania. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.) **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**, Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, pp.97-134.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984 - 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Entre revisões e traduções: história e integração regional no Brasil e na Argentina (1930-1940) RANGEL, Marcelo de Mello ; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdei Lopes de (Orgs.). **Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas**. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

SILVA, Ítala Byanca M. da. **Les morts vont vite: a Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003. p. 231-270.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 2010.

VENÂNCIO, Giselle Martins. **Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)**. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós Graduação em História Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ: Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. ; FURTADO, André Carlos. **Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)**. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 05 - 23.